



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE – CAA

ABERTURA COMERCIAL E O SETOR DE BENS DE CAPITAL:
As Experiências do Brasil e da Coreia do Sul

Ernandes de Moura Batista

Caruaru - 2017

Ernandes de Moura Batista

**ABERTURA COMERCIAL E O SETOR DE BENS DE CAPITAL:
As Experiências do Brasil e da Coreia do Sul**

Trabalho de Conclusão de Curso ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pernambuco como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Miceli Maciel de Sousa

Caruaru – 2017

Ernandes de Moura Batista

**ABERTURA COMERCIAL E O SETOR DE BENS DE CAPITAL:
AS EXPERIÊNCIAS DO BRASIL E DA COREIA DO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pernambuco como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Miceli Maciel de Sousa

Aprovado em, ___ / ___ / _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Márcio Miceli Maciel de Sousa (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Jose Valdecy Guimarães Júnior (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dra. Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

A riqueza de uns é feita com a miséria dos outros.
Piotr Kropotkin

O princípio da miséria é exclusivamente social, é o crime de todos.
Pierre-Joseph Proudhon

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu forças em todos os momentos da minha vida e está sempre comigo nessa caminhada.

A meus pais que sempre estiveram presentes em todas as fases da minha vida, por todo amor e apoio que me foi dado, sendo o alicerce central de todas as minhas conquistas. E também por entender meus momentos de cansaço e estresse da melhor forma possível, são exemplos para mim. Também as minhas irmãs e meus sobrinhos que sempre estão do meu lado.

Agradeço a Katywsca que sempre acreditou em mim, no meu potencial, mesmo antes de entrar na universidade, sempre me incentivou para que fosse em busca de mais conhecimento ao longo da minha vida e sempre a dar meu melhor.

Aos amigos que conheci por meio desse curso, seja na universidade, ou na viagem diária para a universidade, que estiveram sempre presentes compartilhando os diversos momentos e que me ajudaram sempre, obrigado pelo apoio moral, as risadas, bagunças, e que fizeram tudo se tornar mais proveitoso e agradável, experiências que me edificaram como ser humano.

Aos professores que tive o prazer de conhecer e absorver o conhecimento compartilhado durante as aulas, palestras e conversas, cada um deles ajudou no meu desenvolvimento, não só no âmbito acadêmico, mas também como pessoa. Ao meu orientador, Márcio Miceli, que me ajudou ao longo deste trabalho, trazendo sugestões e correções para o estudo. Muito agradecido.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o contexto em que ocorreu a abertura comercial do Brasil e da Coreia do Sul e as repercussões sobre a economia destes países. Colocando-se em destaque as diferentes abordagens utilizadas pelos países em suas aberturas comerciais, através de uma revisão bibliográfica e análise dos dados, o trabalho mostra como a Coreia do Sul realizou sua abertura de forma mais gradual e como o Brasil implementou uma abertura liberal de sua economia, assim como as repercussões do processo de abertura comercial sobre o setor de bens de capital nos dois países. Posteriormente à apresentação das aberturas comerciais é realizada a análise do setor de bens de capital, mostrando um breve processo histórico deste e como se comportaram alguns indicadores deste setor após o processo de abertura comercial. Por fim, conclui-se que alguns dos objetivos apontados como benéficos à abertura comercial foram atingidos no setor de bens de capital brasileiro, como a elevação da produtividade e uma melhoria nos termos de troca, porém no índice de vantagem comparativa revelada, o Brasil apresenta um baixo desempenho nesse setor, possuindo desvantagem comparativa revelada ao contrário da Coreia do Sul.

Palavras-chave: Abertura Comercial. Bens de Capital. Brasil. Coreia do Sul.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the context in which the commercial opening of Brazil and South Korea occurred and the repercussions on the economies of these countries. Emphasizing the different approaches used by countries in their trade openings, through a bibliographical review and data analysis, the paper shows how South Korea opened its doors in a more gradual way and how Brazil implemented a liberal its economy, as well as the repercussions of the process of trade liberalization on the capital goods sector in both countries. Subsequent to the presentation of the commercial openings, the analysis of the capital goods sector is carried out, showing a brief historical process of this and how some indicators of this sector behaved after the process of commercial opening. Finally, it can be concluded that some of the goals that have been shown to be beneficial to trade liberalization have been reached in the Brazilian capital goods sector, such as the increase in productivity and an improvement in terms of trade, but in the index of comparative advantage revealed, Brazil presents a low performance in this sector, having a comparative disadvantage revealed unlike South Korea.

Keywords: Trade Liberalization. Capital goods. Brazil. South Korea.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução das exportações e do PIB na Coreia (1962-1990), em %	48
Gráfico 2 - Evolução das importações e do PIB na Coreia do Sul (1962-1990), em %.....	54
Gráfico 3 - indicador de produtividade do trabalho (VTI/PO), na indústria de bens de capital brasileira (1996-2003)	67
Gráfico 4 - Termos de Troca de Bens de Capital no Brasil (2002=100).....	68
Gráfico 5 - Grau de abertura comercial do setor de bens de capital brasileiro (1988-2002)....	69

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Cronograma de Reduções tarifárias (1991-93)	39
Tabela 2 - Evolução das Tarifas Nominais e Efetivas no Período 1987-1996 (Em %)	41
Tabela 3 - Exportações e Importações do Brasil, saldo da balança comercial e coeficiente de abertura, 1987-1996 (em US\$ milhões)	43
Tabela 4 - Tarifas médias de importação na Coreia (1962-1989), em %.....	50
Tabela 5 - Número de itens de importação controlados de acordo com categorias restritivas (AA – Aprovação automática, Restritos e Proibidos), 1961-1991	51
Tabela 6 - Taxa de liberalização das importações coreanas por setor (1983-89) em %.....	52
Tabela 7 - Produção e Comércio Exterior de Bens de Capital no Brasil (1987-2002).....	62
Tabela 8 - Comércio Exterior de Bens de Capital no Brasil e na Coreia (1989-2003)	63
Tabela 9 - Tarifa Aplicada de Forma Eficaz (AHS) – Média Simples (1989-2003), em %	64
Tabela 10 - Índices Anuais de Produção industrial de bens de capital (1987-2003).....	65
Tabela 11 - Índices de vantagens comparativas reveladas (VCR) 1989-2006	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Abertura comercial x Protecionismo.....	36
Quadro 2 - Panorama dos Planos Quinquenais de Desenvolvimento (PQDES).....	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHS – Tarifa Aplicada de Forma Eficaz

BK – Bens de Capital

BNT – Barreiras Não-Tarifária

IOF - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro

NBM/SH - Nomenclatura Brasileira de Mercadorias-Sistema Harmonizado

NCM/SH - Nomenclatura Comum do Mercosul-Sistema Harmonizado

OMC – Organização Mundial do Comércio

PIB – Produto Interno Bruto

PICE - Política Industrial e de Comércio Exterior

PO – Pessoal Ocupado

PQDES - Planos Quinquenais de Desenvolvimento

PROEX - Programa de Financiamento às Exportações

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

SECEX - Secretaria de Comércio Exterior

TEC - Tarifa Externa Comum

TMP - Taxa de Melhoramento de Portos

VCR – Vantagem Comparativa Revelada

VTI – Valor de Transformação Industrial

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 Objetivos	15
1.1.1 Objetivo Geral	15
1.1.2 Objetivos Específicos	15
1.2 Metodologia	15
1.3 Justificativa	16
2. TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL: UM DEBATE PROMOVIDO PELA DIVERSIDADE ACERCA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL	17
2.1 Início do debate sobre o comércio internacional: do Mercantilismo ao Modelo Heckscher-Ohlin	17
2.2 Teorias Protecionistas: O Protecionismo Educador de List e a Deterioração dos Termos de Troca de Raúl Prebisch	23
2.3 Novas Abordagens Teóricas Acerca do Comércio Internacional	26
2.4 Kaldor e a indústria como motor do crescimento	31
3. ABERTURA COMERCIAL: UMA ANÁLISE DESCRITIVA	34
3.1 Abertura Comercial no Brasil	36
3.2 Abertura Comercial na Coreia Do Sul	44
4. A INDÚSTRIA DE BENS DE CAPITAL: UMA ANÁLISE PÓS-ABERTURA	55
4.1 Uma Breve Caracterização do Setor de Bens de Capital	55
4.2 A Evolução do Setor de Bens de Capital no Brasil e na Coreia: da Origem ao Final dos Anos 1980	57
4.3 Impactos da Abertura Comercial sobre o Setor de Bens de Capital	60
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	74
ANEXOS	80

1. INTRODUÇÃO

A discussão sobre o comércio internacional é um dos pontos antigos e controversos no debate econômico, iniciando pelos mercantilistas, economistas filiados a uma escola intervencionista, passando pelo debate da escola clássica e neoclássica, as quais defendiam a força dos mercados no momento de alocação eficiente dos recursos, como também de uma abordagem protecionista, onde se defendia a intervenção governamental nas falhas de mercado, buscando tornar a economia mais eficiente, e posteriormente se observa novas formas de abordagem sobre o comércio internacional buscando incorporar a realidade observada.

Diante de tantas abordagens presentes ao longo da evolução da história do pensamento econômico deve-se ressaltar a incapacidade de uma única teoria em explicar as interações e os conflitos presentes no comércio internacional.

Dentro desse contexto observam-se debates acalorados entre economistas que defendem a total abertura comercial, ilustrada pela diminuição das restrições e tarifas de importação, gerando fôlego à entrada de produtos importados, enquanto visões totalmente distintas a essa apresentam argumentos contrários à abertura, ressaltando os prejuízos sobre a indústria nascente, dado que estas precisam concorrer com indústrias já estabelecidas em países que vivenciaram o processo de industrialização há tempos.

Diante deste conflito teórico buscou-se conhecer as práticas comerciais implementadas pelo Brasil e pela Coreia do Sul em determinado momento do tempo, bem como o comportamento assumido pelo setor de bens de capital após a liberalização do comércio. É comum na historiografia econômica a identificação de diferenças substanciais nas escolhas realizadas. Se no Brasil se verificou a adoção de políticas neoliberais extremas, responsáveis pela abertura da economia de forma instantânea, na Coreia do Sul o gradualismo foi evidente.

No caso do Brasil, a abertura comercial começou com uma minirreforma em 1988-89, sendo aprofundada e concluída no período 1991-93, já na administração do governo Collor. Observa-se assim o curto período de tempo empreendido para o aumento do grau de abertura econômica no Brasil, o que acabou causando um choque na economia brasileira, com um aumento repentino das importações, e com um consequente aumento no coeficiente das importações.

Pelo lado da Coreia do Sul, a liberalização comercial se fez de forma mais gradual e estudada, com um anúncio de redução tarifária pelo governo já no ano de 1984, sendo concluída esta no ano de 1989, porém é importante salientar que a Coreia do Sul já realizava uma redução de suas tarifas desde a década de 1970, chegando assim na década de 1980 com um patamar não tão elevado quanto o que se encontrava no Brasil.

Posteriormente procura-se analisar o contexto em que ocorre a abertura comercial do Brasil e da Coreia do Sul e as repercussões sobre a economia destes países.

É importante destacar que os países analisados possuem uma distinção em suas políticas de desenvolvimento no setor de bens de capital, onde a Coreia do Sul adota como principal fonte de aprendizado tecnológico a importação de bens de capital e respectiva absorção do conhecimento técnico oriundo destes, já o Brasil desenvolve seu setor de bens de capital a partir dos investimentos estrangeiros diretos, conforme pode ser observar no trabalho de Dubeux (2009).

O trabalho está distribuído em quatro capítulos, além desta introdução. No primeiro capítulo são apresentadas as principais teorias do comércio internacional, contendo um histórico destas, partindo do mercantilismo, abordando as teorias clássicas do comércio internacional, a teoria neoclássica, sendo sua abordagem sustentada na teoria de Heckscher-Ohlin, passando pelas teorias protecionistas e por fim as novas teorias do comércio internacional, que procura abordar o comércio a partir das novas realidades surgidas.

No segundo capítulo, é tratado o tema da abertura comercial de ambos os países, começando pelo caso brasileiro, onde inicialmente é apresentado um breve histórico do desenvolvimento brasileiro durante o período de Substituição de Importações, e as mudanças ocorridas com a abertura comercial, analisando o comportamento das exportações, importações e o PIB da economia brasileira, e o mesmo é realizado no caso sul-coreano, onde são mostrados os objetivos dos Planos Quinquenais de Desenvolvimento, como foi realizada a sua abertura comercial e o comportamento de sua economia.

No terceiro capítulo, a análise é realizada sobre o setor de bens de capital de ambos os países, com um enfoque maior para o caso brasileiro e como se comportou durante o período analisado (1989-2003), buscando mostrar os impactos negativos e positivos que a abertura comercial ocasionou, analisando assim os índices de produção, a produtividade, competitividade e o comércio exterior desse setor. As considerações finais finalizam o trabalho.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar o contexto em que ocorre a abertura comercial do Brasil e da Coreia do Sul e as repercussões sobre a economia destes países.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Avaliar as repercussões do processo de abertura comercial no setor de bens de capital;
- Verificar o comportamento do setor de bens de capital nos dois países, bem como a situação de alguns indicadores econômicos após o processo de abertura.

1.2 Metodologia

Uma revisão bibliográfica não é apenas uma repetição do que já foi escrito sobre determinado assunto, mas um exame do tema sob um novo enfoque, obtendo assim conclusões mais apuradas do referido tema.

Segundo Marconi e Lakatos (2003, p.158) “A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema.” Observando assim a relevância da pesquisa bibliográfica para a orientação do trabalho científico.

Para a elaboração deste trabalho utilizou-se uma revisão bibliográfica referente ao tema proposto, onde foram consultadas várias fontes de literaturas relativas ao assunto em estudo, buscando em autores clássicos, manuais de economia internacional, como também em artigos publicados em revistas e jornais especializados que compreendem o tema abordado. Além disso foram utilizados dados estatísticos retirados, de alguns livros e artigos, como também da base de dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), do Banco da Coreia, do Banco Mundial, IPEADATA e CEICDATA.

1.3 Justificativa

O trabalho se justifica por demonstrar a diferente situação do ponto de vista da trajetória de crescimento e desenvolvimento de dois países que vivenciaram seu processo de industrialização tardiamente, mas que atualmente possuem diferente condição, dado que a Coreia do Sul alcançou o *catch up*¹.

No atual contexto da globalização se faz importante definir as bases de abertura comercial desses dois países tratados nesta monografia como forma de proporcionar ao leitor conhecimentos fundamentais a interpretação de duas realidades distintas, que servem de experiência para a compreensão dos gargalos que impedem o desenvolvimento brasileiro, bem como das políticas bem-sucedidas da Coreia do Sul que a conduziram a superação de uma situação de periferia dentro do sistema capitalista.

O conhecimento, e conseqüente entendimento, de dois modelos de desenvolvimento que conduziram Brasil e Coreia do Sul a realidades distintas, se avaliados por estudantes de economia, economistas e profissionais de áreas afins de forma crítica apresenta-se como elemento fundamental para a identificação dos erros e acertos.

Neste atual momento vivenciado pelo Brasil de grande discussão sobre a força que o mercado possui em promover a perfeita alocação dos recursos disponíveis, frente aos diversos escândalos de corrupção cometidos no seio do Estado tornam ainda mais oportunos estudos como esse, que se baseiam no passado para antever o que virá no futuro.

¹ Entende-se por *catch up* o processo em que as economias em desenvolvimento se aproximam do nível de riqueza acumulada das economias mais desenvolvidas.

2. TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL: UM DEBATE PROMOVIDO PELA DIVERSIDADE ACERCA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Este capítulo traz um enfoque abrangente do comércio internacional e de suas principais teorias, apresentando tanto as de vertente clássica como uma visão crítica a essas teorias, buscando com isso explicar os benefícios das atividades comerciais no sistema mundo. Na análise do comércio internacional não há apenas uma teoria única que consiga abordar de forma completa as interações entre os países. Sobre isto, Gonçalves (2005, p. 97) fala que “dadas às complexidades dos temas e a influência de variáveis heterogêneas, torna-se impossível a obtenção de uma teoria geral e única do comércio internacional”

Assim, na análise do comércio internacional deve-se buscar entender quais os determinantes para o comércio entre as nações e os seus fundamentos básicos? O padrão de comércio e quais mercadorias estão sendo exportadas/importadas e o porquê? As teorias buscam demonstrar esses fatores, e o motivo da existência de comércio, assim como, os benefícios e os custos deste para o crescimento da nação.

2.1 Início do debate sobre o comércio internacional: do Mercantilismo ao Modelo Heckscher-Ohlin

A escola mercantilista, de acordo com Hugon (1980), é um conjunto de ideias e práticas econômicas que surgiram e vigoraram na Europa, entre os séculos XV e XVIII, tendo como importante diretriz a defesa e maior participação do Estado nacional, visando o fortalecimento de seu poder, juntamente com uma crescente burguesia que se contrapunha ao feudalismo, e que viam no comércio internacional uma fonte de riqueza.

Segundo Carvalho e Silva (2007), o mercantilismo não era caracterizado como uma teoria sólida e acabada, sendo moldada de acordo com a visão de que se tinha à época do que representava riqueza e poder de uma nação, dado que esta seria mais próspera quanto maior fossem as suas posses em metais preciosos e o tamanho de sua população.

Outra importante política mercantilista consistia na busca por maiores superávits na balança comercial, pois os pagamentos internacionais eram realizados com ouro ou prata, assim deveria existir um favorecimento às exportações e dificultar ao máximo as importações. Essas práticas levavam a um protecionismo da economia, tornando-as mais fechadas, o que no longo

prazo mostrava-se prejudicial ao desenvolvimento da nação, como mostra Souza (2012), e que traria de prejudicial uma dificuldade da difusão tecnológica e a adoção de processos de produção redutores de custos.

Keynes (1983), em sua obra *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, lançada originalmente em 1936, mostra que para os mercantilistas uma taxa de juros muito alta inviabilizaria o desenvolvimento da riqueza, estando à taxa de juros dependendo da preferência pela liquidez e da quantidade de moeda em circulação, logo eles procuraram, ao mesmo tempo, diminuir a preferência pela liquidez e aumentar a base monetária em circulação, no intuito de que a taxa de juros fosse para um patamar que viabilizasse o investimento e crescimento econômico².

Segundo Hugon (1980), a observação dos preceitos mercantilistas aponta para algumas falhas, sendo que a principal delas uma atribuição exacerbada no valor do metal precioso; outra falha reside ao considerar apenas a prosperidade do Estado, que para eles estava diretamente ligada ao bem-estar individual, o que não condizia com a realidade; e por último a sua concepção de comércio internacional, onde havia uma preocupação com os metais preciosos, assim o comércio internacional funcionaria como um jogo de soma zero, ou seja, para que alguns países prosperassem, outros deveriam perder, ensejando assim a necessidade de estabelecimento do pacto colonial, onde as colônias abasteceriam os países com os metais preciosos necessários.

Além dos pontos negativos, destacam-se também alguns pontos positivos que os mercantilistas deixaram como herança, como por exemplo, o desenvolvimento da noção econômica e de contabilidade social, através da balança de pagamentos de um país com o resto do mundo, e, ainda, a importância dada aos mercados, que antes eram desprezados pela aristocracia medieval, bem como o nacionalismo, promovido pela ideia de economia nacional, onde o estado buscava centralizar as decisões, o desenvolvimento econômico, por meio da expansão do mercado interno e o livre transporte de mercadoria e pessoas entre os países (BRUE, 2006).

² Uma alta taxa de juros acabava travando os investimentos, pois os agentes detentores de riqueza iriam preferir investir seus ativos em títulos, que por ora se faziam mais atraentes, deixando assim a atividade produtiva de lado, o que não favorecia o desenvolvimento da nação.

Tanto os pontos negativos, quanto os positivos serviram como alicerce para a elaboração das teorias do comércio internacional que foram postuladas posteriormente, observando assim, seus preceitos e utilizando-os como base para o desenvolvimento de novas teorias.

É justamente contra essa visão mercantilista que Adam Smith, no século 18, vai realizar sua análise sobre o comércio internacional, dessa forma a abordagem de Adam Smith conforme Oliveira (2007) possuía um enfoque mais nas necessidades dos agentes econômicos, em detrimento aos interesses da nação, como era postulado pelos mercantilistas, o qual possuía como base para seu trabalho a teoria do valor-trabalho³. Encontra-se, ainda, em Oliveira (2007, p.3) uma abordagem dessa teoria: “segundo essa teoria, o trabalho, observado como um elemento homogêneo, é o equalizador das trocas. Ademais, supõe-se pleno acesso ao mercado de trabalho, concorrência perfeita e inexistência de limitações”.

Na sua obra *A Riqueza das Nações* (1776), Smith mostra que a divisão do trabalho é essencial para um aumento da produtividade da nação, pois ao dividir-se uma tarefa que antes era executada por um único trabalhador em várias etapas, com cada trabalhador operando sua única função, traz ganhos à produção, isso decorre de três fatores, que seriam:

em primeiro lugar, devido à maior destreza existente em cada trabalhador; em segundo, à poupança daquele tempo que, geralmente, seria costume perder ao passar de um tipo de trabalho para outro; finalmente, à invenção de um grande número de máquinas que facilitam e abreviam o trabalho, possibilitando a uma única pessoa fazer o trabalho que, de outra forma, teria que ser feito por muitas. (SMITH, 1983, p. 68)

Além da divisão do trabalho, Smith defende o comércio internacional, que na visão dele não seria um jogo de soma zero, conforme demonstrado pelos mercantilistas, sendo possível assim que as trocas ocorressem de maneira vantajosa para ambas as partes. Partindo destas bases, surge a teoria das vantagens absolutas.

Para Smith, a riqueza da nação estava ligada à sua capacidade de compra, ou seja, aquilo que se pode comprar com dinheiro, dessa maneira o comércio internacional traria bem-estar aos indivíduos ao permitir que estes pudessem adquirir produtos advindos do exterior para satisfazerem suas necessidades (OLIVEIRA, 2007).

Com o comércio internacional e sua expansão posterior, devido a uma maior propensão a troca, causada pela maior diversificação, dos produtos nacionais pelos importados, ocorre um

³ De acordo com a teoria do valor-trabalho, o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho que é necessário para produzi-la.

aprofundamento na divisão do trabalho, buscando uma maior produção de produtos nacionais, e isso acaba contribuindo para a riqueza das nações.

De acordo com essa teoria cada país iria se especializar nos produtos que possuíam custos absolutos menores que seus concorrentes, a quantidade que excedesse o consumo interno, seria utilizada para exportação, e a receita oriunda desta, seria utilizada na importação dos outros produtos, fabricados por outros países a custos menores. Com isso, haveria uma possibilidade maior de consumo para os países, levando a um maior bem-estar da população (CARVALHO E SILVA, 2007).

Além, de tais fatos, destaca-se também a visão liberal de Smith, de acordo com Hugon (1980), o autor da Riqueza das Nações acreditava que as funções do Estado deveriam ser reduzidas, tendo assim, uma ideia contrária aos mercantilistas. Caberia assim ao Estado a manutenção da paz, protegendo a sociedade dos atos de violência ou invasões de outros países, a administração da justiça, e o recolhimento dos impostos. Este último, com vista para a manutenção das atividades do Estado.

Entretanto, a teoria das vantagens absolutas apresenta falhas, entre elas pode-se observar a questão de uma nação não possuir vantagem absoluta na produção de algum bem, assim como não aborda a questão da proteção à indústria nascente. Apesar destas falhas apresentadas, Smith conseguiu mostrar que o comércio internacional não seria um jogo de soma zero, sendo possível a troca entre países com a possibilidade de obterem vantagens para si.

Como a teoria das vantagens absolutas de Adam Smith, não respondia como poderia haver comércio entre os países que não possuíssem vantagens absolutas na produção dos bens, David Ricardo (1983), em sua obra Princípios de Economia Política e Tributação, publicada originalmente em 1817, postula a teoria das vantagens comparativas, a qual mostra que os países que não possuíssem vantagem absoluta na produção de algum bem poderiam transacionar com os demais se possuísse vantagem comparativa na produção de diferentes bens em relação aos outros países.

Para o conceito de vantagem comparativa, recorreu-se a Coutinho et al. (2005, p.103) "A vantagem comparativa reflete o custo de oportunidade relativa, isto é, a relação entre as quantidades de um determinado bem que dois países precisam deixar de produzir para focar sua produção em outro bem".

Para demonstrar sua análise, Ricardo utiliza como exemplo a produção de vinhos e tecidos em Portugal e na Inglaterra. Nesse exemplo, a Inglaterra para a produção de tecidos necessita de 100 homens/ano, e na produção de vinho de 120 homens/ano, já Portugal conseguiria produzir tecido com o trabalho de 90 homens/ano e vinho com 80 homens/ano. Observa-se assim que Portugal possui vantagem absoluta na produção de ambos produtos. Porém a Inglaterra possui vantagem comparativa na produção de tecidos, que custa 0,833 unidades de vinho, enquanto que em Portugal uma unidade de tecido custa 1,125 unidades de vinho, já Portugal possui essa vantagem na produção de vinho, custando 0,889 unidades de tecido, já na Inglaterra o vinho custa 1,2 unidades de tecido. Logo seria interessante para Portugal empreender todo seu contingente na produção de vinho e a Inglaterra na produção de tecidos. Com isso, os países citados poderiam obter maiores quantidades de produtos com o intercâmbio do que se optassem pela diversificação na produção interna. (RICARDO, 1983, p.98-99)⁴

Sendo assim, os países possuiriam um direcionamento para o comércio exterior, pois iriam focar sua produção no bem que possuiriam vantagem comparativa, visando a exportação desses bens, em troca da importação dos bens que não possuísem tal vantagem. Observa-se assim que para Ricardo, o que importava era o custo relativo dos bens, e não o custo absoluto como observava Adam Smith. Ressalta-se, ainda, que assim como Adam Smith, Ricardo trabalhou sua teoria utilizando a teoria do valor-trabalho, mostrando que as vantagens comparativas advinham da diferença na produtividade da mão de obra entre os países.

A teoria das vantagens comparativas também é criticada por possuir bases irrealistas e específicas sobre tecnologia, estrutura industrial e condições macroeconômicas individuais de cada nação, focando estritamente na produtividade da mão de obra, prevendo também que os países possuem um grau extremamente elevado de especialização, o que não condiz com o mundo real (OLIVEIRA, 2007; KRUGMAN E OBSTFELD, 2010).

⁴ Os cálculos dos custos dos produtos foram obtidos da seguinte maneira: para a vantagem comparativa da Inglaterra na produção de tecido dividiu-se a quantidade de trabalho na produção de tecidos pela de vinho, ou seja, $100/120$, chegando ao resultado de 0,833. O mesmo foi utilizado para calcular a vantagem comparativa de Portugal na produção de vinhos, ou seja, $90/80$, chegando ao resultado de 1,125. No cálculo das vantagens comparativas na produção de tecidos, usou-se os mesmos valores, porém foram invertidos os denominadores pelos numeradores sendo obtidos os valores mostrados na explicação.

David Ricardo acabou deixando as bases, através dos princípios das vantagens comparativas, para as teorias modernas que viriam a seguir. Cabe destacar que a teoria das vantagens comparativas é um dos principais argumentos em favor do livre comércio.

No início do século XX, os economistas suecos Eli Heckscher e Bertil Ohlin⁵, desenvolveram uma explicação acerca das diferenças de custo de produção de uma mesma mercadoria em diferentes países, levando em consideração não apenas a produtividade da mão de obra (CARVALHO E SILVA, 2007). Assim, o modelo teórico de Heckscher-Ohlin (H-O) amplia o modelo Ricardiano, ligando as vantagens comparativas às diferenciações na dotação relativa dos fatores produtivos de um país. Como relata Gonçalves:

Ao incorporar os fatores básicos de produção (trabalho, terra e capital) à sua análise, Heckscher ampliou o modelo ricardiano, no qual os preços relativos refletiam a produtividade relativa do trabalho. Porém, é a suposição de igualdade internacional de tecnologia que gera as bases para as propostas principais do modelo neoclássico de comércio exterior (o modelo de Heckscher-Ohlin). (GONÇALVES, 2005, p.102)

A teoria de Heckscher-Ohlin nos mostra que um país terá vantagens comparativas na produção de um bem cuja fabricação utilize de forma intensiva o seu fator de produção mais abundante. Então, países que possuam trabalho de forma abundante se especializariam na produção de produtos que utilizam esse fator com mais intensidade, o mesmo aconteceria para países que possuam capital de forma mais abundante. (CARVALHO E SILVA, 2007)

Ainda de acordo com Carvalho e Silva (2007), na teoria de Heckscher-Ohlin há duas formas de se definir a abundância relativa dos fatores de produção, a primeira leva em conta a disponibilidade física dos fatores, considera-se assim que o país que possuir uma maior relação capital por trabalhador produzirá e exportará bens intensivos em capital, e o país que possuir uma menor relação capital por trabalhador, exportará bens intensivos em trabalho.

Na segunda forma, há uma comparação dos preços relativos dos fatores de produção, considerando que o país que possuir uma taxa de salário mais alta em relação ao retorno de capital, exportará bens intensivos em capital, e o país que possuir uma taxa salarial menor em relação ao retorno de capital, exportará bens intensivos em trabalho (CARVALHO e SILVA, 2007).

⁵ A origem da teoria é um artigo publicado, em sueco, por Eli Filip Heckscher, em 1919, e que só seria traduzido para o inglês em 1949. A divulgação de suas ideias começou realmente a ocorrer após a tradução para o inglês da tese de doutorado de seu discípulo, Bertil Ohlin, em 1933. Como Ohlin havia sido fortemente influenciado por Heckscher, essa argumentação ficou conhecido como *teoria de Heckscher-Ohlin*. (CARVALHO E SILVA, 2007, p. 25)

O trabalho desenvolvido por Heckscher e Ohlin trouxe grande contribuição para as teorias do comércio internacional, partindo de um aprimoramento das vantagens comparativas de Ricardo, levando a uma expansão da mesma, e que serviu de base para outros trabalhos relacionados ao comércio internacional.

2.2 Teorias Protecionistas: O Protecionismo Educador de List e a Deterioração dos Termos de Troca de Raúl Prebisch

O livre comércio é apresentado, pelos seus defensores, como Adam Smith e David Ricardo, como a melhor política, pois conduz ao uso eficiente de todos os recursos disponíveis, assim como aos ganhos de eficiência. Porém há uma corrente crítica ao livre comércio, tendo como seus expoentes Friedrich List e Raúl Prebisch, em favor do protecionismo comercial, pois na visão desta, existiriam perdas para as nações ao atuarem no livre comércio, e isso ocorre por conta da transferência de renda entre as nações, havendo assim ganhos para uns e perdas para outros.

De acordo com Brue (2006), Friedrich List se contrapunha a Adam Smith e aos economistas clássicos, pois estes advogavam que suas ideias deveriam ser universalizadas, ou seja, postas em práticas nos mais diferentes países, mesmo nos países subdesenvolvidos, que possuíam certas diferenças em relação à Inglaterra, principal potência econômica à época.

Em sua obra, *Sistema Nacional de Economia Política* (1841), Friedrich List faz uma análise histórica do que ele considera serem os principais países, e com isso mostra que as nações podem ser classificadas em diferentes fases do desenvolvimento. Sendo assim, as políticas de livre comércio só seriam apropriadas para países que possuem um elevado desenvolvimento industrial, ou seja, no mais alto grau de desenvolvimento econômico, pois no livre comércio, as nações mais desenvolvidas poderiam impedir o progresso industrial das nações menores. E enquanto as nações não atingissem esse ponto, deveriam utilizar de uma política protecionista para as indústrias nascentes.

O economista alemão do século XIX Friedrich List (1789 – 1846) geralmente é considerado o pai do argumento da indústria nascente, ou seja, que, em face dos países desenvolvidos, os mais atrasados não conseguem desenvolver novas indústrias sem a intervenção do Estado, principalmente por meio de tarifas protecionistas. (CHANG, 2004, p. 14).

Em relação às fases do desenvolvimento das nações, List mostra possuir três estágios de desenvolvimento, que seriam o livre comércio, o protecionismo e posteriormente o livre comércio novamente, onde as nações devem se moldar, alterando seus sistemas, a cada estágio de desenvolvimento. Dessa forma, as nações deveriam seguir as proposições de List:

no primeiro estágio adotando comércio livre com nações mais adiantadas como meio de saírem elas mesmas de um estado de barbárie e para fazerem progresso na agricultura; no segundo estágio, promovendo o crescimento das manufaturas, da pesca, da navegação e do comércio exterior, adotando restrições ao comércio; e no último estágio, após atingirem o mais alto grau de riqueza e poder, retornando gradualmente ao princípio do comércio livre e da concorrência sem restrições, tanto no mercado interno como no mercado internacional. (LIST, 1983, p. 86)

Logo, o protecionismo proposto por List apresentava duas características, limitar-se a indústria e ser provisório, e também que o Estado não pratique um protecionismo abusivo, fixando uma taxa de importação justa, mas que não impeça o desenvolvimento da indústria nascente, pois se o Estado praticasse taxas abusivas e desse uma proteção acentuada a indústria nacional, os empregadores nacionais sentiriam segurança em seus setores e ao invés de estimular a indústria poderia ocorrer o contrário e acarretar em um desleixo por parte destes e que não traria benefícios à indústria (HUGON, 1980).

Tudo isso deveria estabelecer bases para um protecionismo educativo. E a partir do momento em que essas indústrias estivessem desenvolvidas a ponto de competir de igual modo com as concorrentes internacionais, haveria uma redução gradual no protecionismo, até que este desaparecesse (HUGON, 1980).

Além de List, Raúl Prebisch (2011), através de seu trabalho *O Manifesto Latino-Americano* originalmente publicado em 1949, contesta o livre comércio, mostrando que os frutos oriundos do progresso técnico não são distribuídos de maneira igualitária entre os países do centro e da periferia, acarretando uma diferença nos níveis de vida da população dos diferentes países.

Ao contrário do que propunha Ricardo na sua teoria das vantagens comparativas, onde postulava que com a difusão do progresso técnico e a menor incorporação de tecnologia na produção dos produtos primários, juntamente com uma maior demanda dos países centrais por esses produtos, devido a um aumento da renda, levaria a um aumento dos preços dos produtos primários. No final da década de 1940, os economistas latino-americanos perceberam que havia uma queda no poder de compra das economias periféricas. (SOUZA, 2012)

Acerca da difusão do progresso técnico, entre as economias do centro e da periferia, Prebisch (2011) observa o seguinte:

Em geral, parece que o progresso técnico nos países da periferia foi mais acentuado na indústria do que na produção primária (...). Dessa forma, se os preços tivessem baixado em consonância com a maior produtividade, a redução deveria ser menor nos produtos primários do que nos produtos industriais. Com isso, a relação de preços entre ambos os produtos melhoraria persistentemente a favor dos países da periferia à medida que se desse a disparidade entre as produtividades.

Caso esse fenômeno tivesse ocorrido, teria assumido um enorme significado. Os países periféricos se beneficiariam, com a mesma intensidade que os países centrais, da redução nos preços dos produtos finais da indústria. Os frutos do progresso técnico seriam divididos igualmente em todo mundo, segundo o pressuposto implícito no esquema da divisão internacional do trabalho, e a América Latina não teria nenhuma vantagem com sua industrialização. Ou melhor, teria uma perda real enquanto não alcançasse eficiência produtiva igual à dos países industriais. (PREBISCH, 2011, p. 102-103)

Através de seu trabalho, Prebisch analisa o comportamento dos termos de troca entre 1870 até a Segunda Guerra Mundial (1947) e constata a deterioração dos termos de troca, em desfavor das economias periféricas, ou seja, havia uma tendência à queda nos preços dos produtos primários com o passar do tempo, em relação aos produtos industrializados. Neste estudo Prebisch, mostra:

Nos anos 1930, era possível comprar, com a mesma quantidade de produtos primários, apenas 63% dos produtos finais da indústria comprados nos anos 1860. Ou seja, necessitava-se em média de 58,6% de produtos primários a mais para adquirir a mesma quantidade de artigos finais da indústria. (PREBISCH, 2011, P. 103)

De acordo com Brue (2006), os ganhos de produtividade no trabalho não levavam a uma queda nos preços dos produtos do centro, pois esses ao possuírem oligopólios industriais tinham poder de mercado para não repassar a redução dos custos para os produtos finais, esses ganhos eram assim divididos entre o aumento nos lucros dos capitalistas e nos salários dos trabalhadores do centro.

O contrário ocorria com um aumento da produtividade nos países periféricos, pois os produtores destes produtos não possuíam o poder de mercado que os industriais do centro possuíam, sendo assim, os ganhos com o progresso técnico levavam a uma redução nos custos que eram repassados ao preço devido à alta concorrência entre os produtores. Assim, os ganhos com o aumento da produtividade ficavam com as economias do centro (BRUE, 2006).

Para Prebisch (2011), uma explicação para a deterioração dos termos de troca reside nos movimentos dos ciclos econômicos, onde nos países industrializados, na fase de baixa, os

salários não diminuem na mesma proporção que a renda global, enquanto que nos países periféricos não há tanta resistência a queda nos salários devido ao excesso da mão de obra.

Com isso, Prebisch propõe como solução a industrialização dos países periféricos, e que para isso deveriam introduzir barreiras protecionistas, reduzindo assim as importações, e ajudando a desenvolver a indústria nacional, o que ficou conhecido como processo de substituição de importação.

2.3 Novas Abordagens Teóricas Acerca do Comércio Internacional

As mudanças pelas quais o mundo vem passando demandam a criação de novas abordagens acerca do comércio internacional, que possam se aproximar mais do novo cenário, passando a entender e incorporar as novas realidades, ultrapassando as limitações impostas aos modelos anteriores, impondo dessa forma a construção de novos modelos teóricos.

Nesse sentido, o objetivo do trabalho de Posner, *International trade and technical change*, publicado em 1961, é apresentar uma explicação do comércio de bens manufaturados entre países desenvolvidos que possuem condições econômicas semelhantes, sendo baseada assim nas diferenças tecnológicas.

Diante dessa perspectiva o autor demonstra através do seu modelo, partindo da análise de dois países, onde um possui a liderança tecnológica e outro segue em busca da imitação desta tecnologia. Essa inovação não ocorre de maneira simultânea em todos os países, e isso ocorre por conta da busca de monopólio temporário dos empresários com o desenvolvimento de seus produtos. Como observa Posner (1961, p. 323-324) “(...) o desenvolvimento de novos produtos não ocorre simultaneamente em todos os países, na maioria dos casos a única razão pela qual eles são introduzidos é porque o empreendedor em questão espera conseguir um quase-monopólio por um período de tempo.”

Ainda de acordo com o autor, mesmo que novos produtos não possam ser desenvolvidos, novos métodos de fabricação destes podem ser, levando assim a uma vantagem comparativa em alguns bens, para esses países que realizaram mudanças técnicas na fabricação dos produtos. Causando assim ganhos de comércio para esses determinados países, onde os demais terão que os seguir para que recuperem as vantagens comparativas ora perdidas.

Porém, com a propagação internacional da inovação, a vantagem adicional conquistada pelo país inovador pode ser suprimida, o tempo para isso, será de acordo com as defasagens de reação dos empresários, podendo ter um período grande, devido a ineficiência dos empresários, e também o que pode causar esse longo período é o período de aprendizagem devido à natureza da inovação, ou seja, considera-se dois períodos nesse processo, o da imitação da inovação e o da reação das empresas (POSNER, 1961).

No modelo, devido à perda de mercado, gerada pela penetração dos bens exteriores oriundos de custos mais baixos devido ao processo de inovação, há um desequilíbrio na balança comercial, devido a uma alta das importações destes produtos. Esse desequilíbrio seria cessado quando houvesse uma imitação total da inovação pelas indústrias nacionais, absorvendo assim o mercado nacional novamente. Conforme descrito por Gonçalves:

Por um lado, a criação de vantagens tecnológicas específicas em um dado país gera o comércio; por outro, leva os produtores de fora do país (competidores em potencial) a responderem por meio da imitação da inovação. Conseqüentemente, o desempenho das exportações baseia-se nas diferenças de custos comparativos induzidos pela mudança tecnológica e dependerá do tempo em que durar a defasagem para a imitação. (GONÇALVES, 2005, p. 100-101)

Todavia Posner mostra que o seu sistema pode render um fluxo constante de comércio, e não apenas como descrito acima, pois não assume uma única inovação, mas um conjunto de inovações entre as mais diversas indústrias, pois estas buscam reduzir seus custos através das inovações, o que formaria um fluxo destas através do tempo.

Cada fluxo de comércio (unidirecional), então, é em geral finito, e depende da velocidade de imitação em relação ao atraso de demanda. Mas nosso sistema pode render (se esquecermos por um momento os mecanismos de compensação) um fluxo constante de comércio unilateral, se assumirmos não apenas uma única inovação, mas um fluxo de inovações através do tempo, primeiro em uma indústria e depois em outra. Se assumirmos que a defasagem líquida e o fluxo de comércio que ela causa são os mesmos para todas as indústrias, obtemos uma taxa constante de fluxo de comércio por "mês", se as inovações forem utilizadas a uma taxa igual a uma cada (L- A) meses. (POSNER, 1961, p.335, tradução nossa)

Sendo assim, no modelo de Posner as vantagens comparativas são definidas pelas diferenças no investimento das indústrias e na defasagem tecnológica entre os países, diferentemente do modelo de Heckscher-Ohlin que são definidas pela diferenciação na dotação relativa dos fatores.

Entre as limitações do modelo, observa-se Baumann e Gonçalves (2015, p. 59) que mostra o seguinte, “entre outras limitações do modelo de Posner está o fato de que ele enfatiza

em excesso o processo de imitação e desconsidera, por exemplo, os efeitos da mobilidade do capital. Isso torna o modelo incapaz de prever a direção e o ritmo do comércio.”

Buscando adequar às abordagens do comércio internacional a realidade observada, Paul Krugman (1979) através do seu trabalho *Increasing Returns, Monopolistic Competition And Internarional Trade*, desenvolve um modelo baseado na existência de economias de escala e uma estrutura de mercado monopolística, tendo a economia de escala como uma alternativa para as diferenças na tecnologia ou nos fatores de produção, levando em consideração também que as economias de escala são internas às empresas e não externas a estas, e utiliza também uma estrutura de mercado do tipo monopolístico, baseando-se em Chamberlin⁶ (1933), onde cada firma tem algum poder relativo no mercado, mas como existem ganhos para estas firmas, isto acaba atraindo novos concorrentes, reduzindo assim as margens de lucro. A respeito do trabalho de Krugman, destaca-se o seguinte:

Este artigo desenvolve um modelo formal simples no qual o comércio é causado por economias de escala em vez de diferenças na dotação de fatores ou tecnologia. A abordagem difere daquela da maioria dos outros tratamentos formais do comércio sob retornos crescentes, que pressupõem que as economias de escala são externas às empresas, de modo que os mercados permaneçam perfeitamente competitivos. "Em vez disso, as economias de escala são aqui assumidas como sendo internas às empresas, com a estrutura de mercado que emerge sendo uma da concorrência monopólica Chamberliniana. (KRUGMAN, 1979, p. 469, tradução nossa)

O modelo proposto por Krugman, está baseado em um único fator de produção, o trabalho. Como o autor trabalha com um único fator de produção, descarta-se assim as diferenças na dotação dos fatores. Ele começa uma análise com duas economias, onde os países possuem gostos e tecnologias idênticas, onde em um modelo convencional não haveria razões para o comércio entre as duas nações. Para que se possa visualizar o comércio internacional entre esses dois países, o autor propõe que o comércio entre eles seja a custo zero de transporte. A assimetria entre eles assegurará que os salários nos dois países serão iguais, logo os preços dos bens também serão iguais. Assim, o efeito será de uma expansão do aumento da força de trabalho em cada país, como se fosse em uma economia fechada, e isso gerará um aumento na escala de produção, diminuindo os custos de produção, e também na variedade de bens disponíveis para consumo, também se observa um aumento no bem-estar da população de

⁶ Chamberlin mostra que paralelamente à concorrência pelos preços se desenvolve uma concorrência pelas características do produto, logo as empresas irão desenvolver uma concorrência não mais por preços e sim em busca de características diferentes dos produtos. E ao obterem sucesso em suas estratégias, acabam adquirindo monopólios sobre as variedades específicas dos produtos. Para mais informações, ver o trabalho *The Theory of Monopolistic Competition:: A Re-orientation of the Theory of Value*. Chaberlin, 1933.

ambos países, tanto por causa dos salários maiores quanto por uma maior variedade dos bens, devido à disposição do comércio internacional (KRUGMAN, 1979).

Ainda segundo Krugman, não há uma determinação de qual país exporta/importa qual bem, sendo determinado apenas que cada bem será produzido em apenas um país, porque nesse modelo não existe nenhuma razão para que haja uma competição por mercados.

Desse modo, o trabalho desenvolvido por Krugman traz para o estudo das teorias do comércio internacional uma maior visão sobre o papel das economias de escala na causa do comércio internacional, destacando-se assim “que as economias de escala podem ser mostradas para dar ao comércio e aos ganhos do comércio, mesmo quando não há diferenças internacionais em preferências, tecnologia ou dotações de fatores.” (KRUGMAN, 1979, p. 477, tradução nossa)

Buscando abordar a nova realidade do comércio internacional, Michael Porter (1989), realiza em seu trabalho, uma série de pesquisas sobre nações e indústrias buscando identificar quais os fatores que levam as vantagens competitivas nas indústrias e como estes atuam nessa busca. No modelo de Michael Porter, o valor da inovação tem um grande peso, ficando a cargo das nações o incentivo as empresas inovarem. (COUTINHO et al., 2005)

Porter critica as teorias tradicionais devido as estas teorias serem pouco realistas em muitas indústrias, não sendo aplicáveis assim ao mundo real, onde levam em consideração uma série de fatores simplificados, os quais não são encontrados na prática. Dessa forma, o autor realiza uma crítica a teoria das vantagens comparativas, afirmando o seguinte:

Na melhor das hipóteses, a teoria das vantagens comparativas de fatores está sendo vista como explicação útil principalmente para as tendências amplas nos padrões de comércio (por exemplo, sua intensidade média de trabalho ou de capital) e não das razões por que uma nação exporta ou importa em indústria individuais. A teoria das vantagens comparativas de fatores é também frustrante para as empresas porque suas suposições têm pouca semelhança com a competição real. Uma teoria que não atribui um papel à estratégia das empresas, como melhoria da tecnologia ou a diferenciação de produtos, deixa-as quase sem outro recurso que não seja a tentativa de influenciar a política governamental. Não é de surpreender que a maioria dos empresários que conhecem a teoria acham que desconhece o que lhes parece ser mais importante e oferece pouca orientação para uma estratégia empresarial adequada. (PORTER, 1993, p.13)

De acordo com Oliveira (2008), para Porter a ideia de que a abundância de determinado fator de produção, as políticas governamentais, as práticas administrativas e a política macroeconômica, seriam explicações insuficientes para a explicação da competitividade de um

país, embora estes sejam considerados relevantes para a competitividade, porém não são considerados fatores prioritários.

Assim, de acordo com Porter (1989), um país obtém êxito numa determinada indústria a partir de quatro atributos que determinam o ambiente em que as empresas competem entre si, e que criam a vantagem competitiva, que seriam os seguintes:

- “1. *Condições de fatores*. A posição do país nos fatores de produção, como trabalho especializado ou infraestrutura, necessários à competição em determinada indústria.
2. *Condições de demanda*. A natureza da demanda interna para os produtos ou serviços da indústria.
3. *Indústrias correlatas e de apoio*. A presença ou ausência, no país de indústrias abastecedoras e indústria correlatas que sejam internacionalmente competitivas.
4. *Estratégia, estrutura e rivalidade das empresas*. As condições que, no país, governam a maneira pela qual as empresas são criadas, organizadas e dirigidas, mais a natureza da rivalidade interna.” (PORTER, 1989, p. 87)

A esses determinantes do sistema onde atuam na construção de vantagens competitivas, que são os quatro atributos acima elencados, Porter passa a chamar de *diamante nacional*. Assim, o *diamante nacional*, passa a atuar como um sistema fortalecedor, onde o efeito de algum determinante está associado ao estado dos outros. Sendo necessária assim a atuação de todos os determinantes para que a vantagem competitiva atue de maneira sustentável, porém isso não é pré-condição necessária para adquirir-se a vantagem competitiva (PORTER, 1989).

Ainda de acordo com o autor, duas variáveis adicionais podem influenciar o sistema nacional de maneira importante, que seria o governo e o acaso. A respeito do governo, este pode piorar ou melhorar a vantagem nacional, isso ocorre através das políticas adotadas por eles. Com relação ao acaso, esse fator aponta para acontecimentos fora do controle das empresas, os quais criam descontinuidades, podendo causar uma remodelação de toda a estrutura da empresa.⁷

Porter (1989), classifica os fatores de produção em cinco grupos, fatores esses que representam os insumos necessários para competir. Seriam então os seguintes fatores: Recursos

⁷ Com relação ao governo, este pode atuar de maneira a criar ambientes em que as empresas são capazes de ganhar vantagem competitiva, como também pode atuar com medidas que enfraqueçam a vantagem nacional, por isso é necessário um exame das medidas adotadas, a fim de obter uma conclusão de como estas influem sobre todo o sistema.

Relacionados ao acaso, estariam fatores como invenções puras, descobertas em tecnologia básicas, guerras, acontecimentos políticos externos e grandes mudanças na demanda do mercado externo. (PORTER, 1989)

humanos verificados pela quantidade, capacidade, produtividade e custos da mão de obra; Recursos físicos, considerando a abundância, qualidade e acessibilidade e o custo destes recursos, incluindo também a localização geográfica; Recursos de conhecimento, que seriam a disponibilidade e conhecimento científico, técnicos e de mercado; Recursos de capital, contando com a disponibilidade e custos de capital financeiro para financiar a indústria e por último a infraestrutura, observando o tipo, qualidade e valor de uso da infraestrutura disponível.

Os países periféricos apresentam fragilidades competitivas que possuem uma certa relevância, dificultando assim uma participação mais ativa destes países no comércio internacional. Sendo enumerados os mais importantes fatores em cinco elementos. Grande dependência dos fatores básicos; Desconhecimento da demanda e dos concorrentes; Baixa Integração vertical; Baixa cooperação empresarial e forte paternalismo estatal (OLIVEIRA, 2008).

Observa-se assim, que o modelo de Porter, traz elementos importantes à luz das teorias do comércio internacional, apresentando aspectos que levam a uma vantagem competitiva, levando em consideração a inovação e a produtividade como fatores importantes na obtenção das vantagens competitivas da nação.

2.4 Kaldor e a indústria como motor do crescimento.

Kaldor, a partir de seu trabalho *Causes of the Slow Rate of Economic Growth of the United Kingdom*, publicado em 1966, buscando entender o menor ritmo de crescimento da Grã-Bretanha relativamente às outras economias desenvolvidas, apresenta uma série de “leis” ou generalizações para explicar as razões do baixo dinamismo da economia britânica, porém tais leis se aplicam também aos países em desenvolvimento. (FEIJÓ E LAMÔNICA, 2009; THIRLWALL, 2005)

Dessa forma, para que se possa compreender o processo de crescimento e desenvolvimento, faz-se necessária uma abordagem setorial, com a distinção das atividades que possuem rendimentos crescentes (associados à indústria) e as atividades que apresentam rendimentos decrescentes (agricultura e mineração, baseadas na terra). (THIRLWALL, 2005)

Para Kaldor, a economia alcança sua maturidade ao atingir o desenvolvimento industrial pleno, e isso se dá a partir da expansão da demanda agregada. Além disso, Kaldor refere-se a

quatro estágios de desenvolvimento no processo de industrialização dos países. No primeiro estágio há o surgimento de uma indústria local para a produção de bens de consumo, com o intuito de diminuir a dependência de importação desses bens. No segundo estágio, a indústria de bens de consumo começaria a exportar seu excedente. O terceiro estágio iniciaria quando o país realizasse a substituição de importações de bens de capital. E o quarto, e último estágio, equivaleria ao momento em que o país passa a exportar bens de capital, sendo nesse último estágio induzido tanto pela demanda interna quanto pela externa por bens de consumo e de capital. (FEIJÓ E LAMÔNICA, 2009)

Juntamente com os estágios de desenvolvimento vistos acima, as leis de Kaldor explicam a dinâmica do crescimento econômico. De acordo com o trabalho de Feijó E Lamônica (2009, p. 64), as Leis de Kaldor são as seguintes:

- i) Existe uma relação positiva entre o crescimento da indústria e o crescimento do produto agregado, daí quanto maior a taxa de crescimento da indústria, maior será a taxa de crescimento do produto nacional.
- ii) Há uma relação positiva entre a taxa de crescimento da produtividade na indústria e o crescimento do produto industrial, sendo a relação de causalidade na direção de quanto maior a taxa de crescimento da indústria, maior será também a taxa de crescimento da produtividade.
- iii) Quanto maior a taxa de crescimento das exportações, maior o crescimento do produto.
- iv) O crescimento da economia a longo prazo não é restringido pela oferta, mas sim pela demanda, assim a principal restrição da demanda ao crescimento do produto numa economia aberta é o balanço de pagamentos.

De acordo com a primeira lei, a indústria é identificada como o “motor do crescimento” por ser o setor mais dinâmico e que atua com a difusão de inovações. A segunda lei, estabelece que há forte relação causal entre o crescimento da produção manufatureira e o aumento da produtividade nesse setor, isso ocorre como resultado de rendimentos estáticos e dinâmicos de escala.⁸ A terceira lei refere-se ao modelo conhecido como “export-led growth”⁹, colocando em evidência a principal restrição ao crescimento induzido pela demanda é o balanço de pagamentos. E a quarta lei, implica que o crescimento econômico liderado pela demanda é limitado pela condição de equilíbrio da balança de pagamentos. (FEIJÓ E LAMÔNICA, 2009; LAMÔNICA E FEIJÓ, 2007)

Analisando de forma mais minuciosa a quarta lei, observa-se a importância nas exportações tanto como uma extensão da demanda, como também uma forma de aliviar a

⁸ A segunda lei é conhecida como Lei Kaldor-Verdoorn. De acordo com Thirlwall (2005), a relação empírica entre o aumento da produtividade e o crescimento da produção na manufatura foi decorrente do artigo que Verdoorn publicou em 1949, sendo tal proposição resgatada por Kaldor em 1966.

⁹ Crescimento liderado pelas exportações.

restrição imposta pelo balanço de pagamentos ao longo do tempo. Assim, se as exportações não cobrirem de maneira satisfatória as despesas adicionais com as importações, a demanda agregada será contraída, e como consequência o produto e o emprego. Dessa forma, o crescimento das exportações possui papel estratégico para a sustentabilidade do crescimento. (FIEJÓ E LAMÔNICA, 2009)

É importante salientar que, na concepção de Kaldor e Thirlwall, o efeito das exportações sobre o crescimento do produto da economia depende da estrutura produtiva observada em cada país. Se a economia ainda não atingiu um patamar de industrialização que lhe traz benefícios, deve haver uma reorientação da política econômica, buscando mudanças estruturais no padrão de desenvolvimento, possuindo como foco a implantação e o desenvolvimento das indústrias com retornos de escala crescentes, principalmente as que produzem bens com maior conteúdo tecnológico e baseada na ciência. (FIEJÓ E LAMÔNICA, 2009)

Dessa forma, Kaldor, expõe em seu modelo que a acumulação de capital incorporada de modernas tecnologias, provoca um contínuo processo de transformação industrial, permitindo assim mudanças significativa na estrutura produtiva, levando a economia a realizar o processo de *catch up*. Assim, as economias em desenvolvimentos devem adotar políticas que favoreçam a acumulação de capital como meio de acelerar o crescimento, e se faz fundamental o desenvolvimento de um setor industrial avançado tecnologicamente para que a economia tenha um crescimento de longo prazo sustentado. (FIEJÓ E LAMÔNICA, 2009)

3. ABERTURA COMERCIAL: UMA ANÁLISE DESCRITIVA

A abertura comercial é um processo que envolve a liberalização desta atividade através da redução das tarifas alfandegárias ou até mesmo a eliminação destas de forma a colocar o país de modo mais participante da economia global. Dentre os argumentos favoráveis a liberação, é possível mencionar aqueles referentes à diversidade de produtos e às eficiências técnica e de escala.

No caso da diversidade de produtos, o argumento se baseia no fato de que nenhum país pode produzir uma variedade tão grande de bens para oferecer a sua população, e com a abertura comercial haveria a introdução de uma variedade maior de produtos para consumo, trazendo assim, ganhos de bem-estar para essa população. “Isso traria ganhos tanto de bem-estar (a hipótese é que o consumidor valoriza a diversidade) quanto de eficiência na medida em que o produtor teria acesso a insumos e bens de capital mais especializados.” (HELPMAN E KRUGMAN, 1985 E ROMER, 1994, *APUD* MOREIRA E CORREA, 1997, P.62).

Referente aos ganhos de eficiência observa-se que em economias fechadas faltam incentivos à redução de custos e elevação da produtividade, resultando assim, em desperdício de recursos, enquanto a abertura comercial promoveria uma maior concorrência, levando a entrada de produtos mais competitivos, causando uma readequação das empresas nacionais às novas realidades, as quais buscariam adotar estruturas de custos adequadas e ampliar sua produtividade, ou seja, adequar os custos a área de atuação da empresa, buscando sempre a minimização de custo para determinada produção, o que conseqüentemente levaria a um aumento da produtividade, causando um aumento na eficiência da economia.¹⁰

Os ganhos de escala obtidos pelas empresas seriam provenientes do ajuste das firmas em direção a obtenção de custos unitários menores, em decorrência da maior competição e da ampliação do mercado potencial, ou seja, com a abertura comercial as firmas locais passam a ter acesso ao mercado mundial, o que permite o aumento da escala de produção devido à expansão do mercado potencial. Conforme pode ser observado em Gremaud et. al. (2011, p. 555) “Os ganhos de escala são aqueles provenientes do ajuste tecnológico das empresas em direção a volumes de produção com custos unitários inferiores”.

¹⁰ Para maiores detalhes sobre os ganhos de eficiência ver Leibenstein (1966).

Os resultados esperados pelos defensores da reforma comercial, ou seja, da liberalização comercial, pode ser observado no trabalho de Markwald (2001, p.3):

(i) uma alocação mais eficiente dos recursos produtivos, beneficiando particularmente os setores intensivos em mão-de-obra de baixa qualificação, além dos setores intensivos em recursos naturais; (ii) o aumento generalizado da produtividade, como resultado do ambiente mais competitivo, do maior acesso a insumos e bens de capital importados, da introdução de inovações gerenciais e de novos modelos organizacionais, da especialização produtiva, do aumento das escalas de produção e, por último, da redução dos custos e eliminação do desperdício; (iii) o aumento do investimento, com o objetivo de viabilizar o incremento das escalas de produção; (iv) a elevação do gasto privado em P&D e capacitação tecnológica; (v) o aumento expressivo das importações; e (vi) o aumento concomitante das exportações, em decorrência da eliminação do viés anti-exportação.

Há também argumentos em favor de uma política mais protecionista, baseados nos fatos de que as economias estão longe de se encontrarem tanto em concorrência perfeita, como trabalhando com a alocação perfeita dos recursos disponíveis, que é a base para as teorias em defesa do liberalismo comercial.

Observa-se a existência de externalidades positivas relacionadas aos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), concentrando-se nos setores industriais mais competitivos, levando a um pequeno investimento nos demais setores, que por não serem tão competitivos aos olhos do mercado seriam postos de lado. Em relação a isto Moreira e Correa (1997, p. 63) observa que “como decorrência, ao prevalecer o livre mercado, o investimento privado nestes setores tende a ficar abaixo do que seria socialmente ótimo”. Logo para melhorar a situação do país seria necessária a proteção de alguns setores, pois estes não se encontram em um patamar necessário para a competição internacional.

Os argumentos em defesa da indústria nascente foram expostos anteriormente tendo por base a argumentação de List, onde se deve realizar certo protecionismo com a indústria nascente, podendo depois de um processo de maturação ser exposta a concorrência externa. Esta dinâmica foi assumida pelos países desenvolvidos. De acordo com Ha-Joon Chang (2004, p. 26), “o fomento a indústria nascente (mas, convém ressaltar, não exclusivamente via proteção tarifária) foi à chave do desenvolvimento da maioria das nações”.

Outro argumento contra a abertura comercial é o aumento da vulnerabilidade externa da economia, deixando o país mais exposto aos choques internacionais, as quais “constituem

pesadas restrições à preservação da estabilidade e ao crescimento da economia. (...) A vulnerabilidade da posição externa da economia brasileira decorre basicamente de três fatores: a) o elevado déficit em conta corrente; b) a excessiva abertura da conta de capitais e; c) a insuficiência das reservas internacionais do país” (Nogueira Jr. 2002, p.173-175). Destacam-se, ainda, os problemas oriundos da abertura comercial no balanço de pagamentos do país, pois sem o controle das importações tende a existir um desequilíbrio no balanço de pagamentos.

Voltando à esfera dos ganhos de eficiência, observa-se que um aumento da produtividade e da concorrência das empresas locais com o exterior, levaria a um aumento da taxa de desemprego no curto prazo. Além desta dinâmica, observa-se também que a entrada de importações no país com a abertura comercial é outra fonte do aumento no desemprego, visto que as importações se dão por preços relativamente menores, o que acaba prejudicando a produção nacional, levando a uma exportação de emprego.¹¹

O quadro abaixo mostra de uma maneira sintetizada os argumentos tanto a favor como contrários a abertura comercial.

Quadro 1 - Abertura comercial x Protecionismo

Argumentos em defesa da abertura comercial	Argumentos em defesa de medidas protecionistas
Teoria das vantagens comparativas	A crítica estruturalista
Ganhos de Escala	A indústria nascente
Ganhos de Eficiência	Falhas de mercado
Ampliação das possibilidades de consumo	A vulnerabilidade externa e os problemas de balanços de pagamentos
Vantagens no processo de estabilização	Combate ao desemprego no curto prazo

Fonte: GREMAUD et al. (2011, p. 555)

3.1 Abertura Comercial no Brasil

O processo de industrialização brasileiro, ocorrido durante o século XX, realizou-se pautado no modelo de substituição de importações. Assim, o parque industrial brasileiro se desenvolveu por meio de políticas protecionistas, que contavam com o crédito barato e

¹¹ Para maiores informações acerca do impacto da abertura comercial no mercado de trabalho ver Soares et al. (2001), Raposo & Machado (2002) e Corseuil & Kume (2003).

subsídios fiscais, política restritiva de importações, e insumos baratos produzidos por empresas estatais. (MENEZES FILHO; KANNEBLEY JUNIOR, 2013)

Nos anos 1980, o país observava o esgotamento do modelo de substituição de importações, que vigorava no Brasil até então, que preconizava o fechamento do mercado brasileiro às importações, que fora realçado pela crise da dívida externa, a qual causou impactos significativos no balanço de pagamentos, devendo-se ao fato de ser necessária a geração de divisas (superávits) para o pagamento dos encargos oriundos da dívida externa.

Tal modelo acabou deixando algumas consequências negativas na economia, como narrado em Giambiagi et al. (2011, p. 134-135):

Uma estrutura de incentivos distorcida em certos setores (por exemplo, em alguns segmentos de bens de capital, em que não se atingiu escala e praticamente não houve transferência de tecnologia); um certo viés antiexportador (exceto nos segmentos em que as atividades exportadoras foram incentivadas); e endividamento do Estado (sobretudo no período do II PND).

O principal instrumento de contenção das importações durante os anos 1980 foram medidas não tarifárias, onde se destacava a Lei do Similar Nacional, que proibia a importação de produtos que tivessem produção nacional. Além disso, a política de substituição de importações apoiava-se em elevadas tarifas aduaneiras, controles de produtos importados, como por exemplo, lista de produtos proibidos, limites às compras externas por empresas, entre outros. Paralelamente ao controle de importações, o governo implementou um projeto de promoção das exportações, incentivando alguns setores da economia. (KUME, PIANI E SOUZA, 2000; REGO & MARQUES, 2010)

No final da década de 80, surgia no cenário internacional o chamado Consenso de Washington¹². O Consenso de Washington era composto por uma série de reformas que os países em desenvolvimento deveriam adotar no âmbito econômico para que assim entrassem numa trajetória de crescimento sustentado, tais propostas visavam assegurar um rigor fiscal, e promover uma ampla liberalização financeira e comercial, além de uma forte redução do papel do Estado na economia, ou seja, a implantação do Estado mínimo. (GIAMBIAGI et al., 2011, p. 135-136)

¹² Expressão cunhada pelo economista norte-americano John Williamson, que lecionou na PUC/RJ.

No final dos anos 1980, esse modelo começa a ser revisto, e após um longo período de fechamento do mercado brasileiro às importações, inicia-se o processo de abertura comercial. A partir de 1988, teve início a adoção das primeiras medidas no sentido da liberalização comercial, sendo realizada mediante três programas de reduções tarifárias. Nesse sentido, observa-se em Kume, Piani e Souza (2000, p. 10):

Foram realizados, então, três programas de reduções tarifárias, respectivamente, nos períodos 1988-1989, 1991-1993 e 1994, seguidos de um pequeno retrocesso no período 1995-1998, quando o financiamento de déficits comerciais crescentes, proporcionados tanto pela valorização da taxa de câmbio como pela ampliação da abertura comercial no início do Plano Real, tornou-se inviável em decorrência da crise mexicana de dezembro de 1994.

Até 1988, a política de importação vigente no Brasil se encontrava baseada na estrutura tarifária de 1957¹³, com a presença de tarifas com parcela redundantes, cobrança de diversos tributos adicionais, ampla utilização de Barreiras Não-Tarifárias (BNTs) e a utilização de diversos regimes especiais, os quais já não eram mais compatíveis com o estágio de desenvolvimento da economia brasileira. (KUME, PIANI E SOUZA, 2000)

No período 1988-89, a mudança na política de importação, pautou-se pela eliminação de parcelas redundantes das tarifas tendo uma diminuição média de 41,2% para 17,8%, sendo as novas tarifas estabelecidas, aproximadamente pelo diferencial entre preços internos e externos, da extinção da cobrança de Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro (IOF) e da Taxa de Melhoramento de Portos (TMP), e eliminação, apenas parcialmente, dos regimes especiais de importação. As BNTs, provavelmente mais eficazes na contenção das importações, não sofreram modificações. Tal reforma não foi tão radical como inicialmente proposta, e isso ocorreu devido à pressão dos setores produtivos interessados. (HAY, 2000; KUME, PIANI e SOUZA, 2000; CARCANHOLO, 2005)

No entanto tal reforma serviu de preparação para uma abertura maior na década posterior. Assim:

A minirreforma tarifária de 1988/89 foi importante como forma de sinalizar e “preparar o terreno” para o programa de abertura comercial de 1990. Um projeto mais ambicioso de reformulação da política comercial viria a ser anunciado somente após a posse da administração Collor. (OLIVEIRA, 1993, p.14)

¹³ De acordo com Oliveira (1993) a base da estrutura tarifária de 1957 foi a Lei de Tarifas de 1957 que marcou uma modernização do sistema através da criação de uma estrutura institucional do comércio exterior, estrutura essa que perdurou até o final da década de 1980.

Diferentemente da reestruturação tarifária limitada de 1988-89, o programa de reformas introduzido após a posse da administração Collor, tendo início em 1990, com a definição de novas diretrizes para a política industrial e de comércio exterior estando prevista para ser concluída em 1994. Com a instituição da nova Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE)¹⁴, foi extinta a maior parte das BNTs, principalmente o Anexo C¹⁵, herdadas no período que vigorava o modelo de substituição de importações, além disso quase todos os regimes especiais foram abolidos, e também foi definido um cronograma de redução das tarifas de importação. Tais reduções seriam efetuadas de maneira gradual entre 1990 e 1994, onde no final do período a tarifa máxima deveria ser de 40%, a média de 14% e o desvio-padrão inferior a 8%, o que reflete uma distância das tarifas inferior a 8% em torno da tarifa média. Tal cronograma foi mantido até 1992, havendo uma antecipação das reduções tarifárias previstas para 1993 e 1994, reduzindo assim em seis meses o prazo de conclusão da reforma, conforme a tabela 1. (MOREIRA e CORREA, 1997)

Tabela 1 - Cronograma de Reduções tarifárias (1991-93)

Estatísticas	1990	Jan 1991	Jan 1992	Out 1992	Jul 1993
Média	32,2	25,3	21,2	17,1	14,2
Desvio-Padrão	19,6	17,4	14,2	10,7	7,9

Fonte: CTT/MEFP *apud* Pinheiro & Almeida, 1993.

Ainda no ano de 1990, o governo Collor por meio de medida provisória 158, de 15/03/1990, a qual fora modificada e transformada em Lei, sob número 8032/90, instituiu as seguintes medidas:

(a) o fim dos controles administrativos representados pelos programas de importação das empresas; (b) a eliminação de vários regimes especiais de tributação para importação; (c) redução em 50% dos percentuais relativos ao Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM); (d) redução de 80% do imposto sobre importação e sobre produtos industrializados para equipamentos de transmissão e distribuição de energia elétrica, metrô, produção e prospecção de petróleo, e equipamentos para transmissão de rádio e televisão; e (e) suspensão de projetos ligados às novas Zonas de Processamento e Exportações. (OLIVEIRA, 1993, p. 15)

Importante observar que o cronograma de redução gradativa de tarifas foi integralmente cumprido, sendo que no segundo semestre de 1993 as importações eram controladas apenas por tarifas, assim a exclusão das BNTs se fez com sucesso, tais tarifas foram estabelecidas com

¹⁴ De acordo com Rocha (2002), a PICE identificava que o setor externo era o motor do crescimento industrial, buscando associar os setores geradores de progresso técnico com seus papéis exportadores.

¹⁵ O Anexo C era composto por uma lista que continha 1.300 produtos que não possuíam permissão para serem importados. E quando as contas externas se mostravam desfavoráveis, o número de produtos incluídos na lista poderia aumentar. (CARCANHOLO, 2005)

níveis compatíveis aos padrões observados em outras economias em desenvolvimento. (KUME, PIANI e SOUZA, 2000).

No que tange às exportações, pode-se observar que estas se deram de maneira menos agressiva, porém ainda contavam com o incentivo do governo através do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX) e do reestabelecimento de diversos incentivos fiscais, entre outros. Observa-se em Souza (2001, p. 4) as medidas para a promoção das exportações:

- a) utilização do crédito do imposto de produtos industrializados (IPI) relativo a insumos empregados na industrialização de produtos a serem exportados;
- b) utilização do crédito do IPI sobre bens fabricados internamente e utilizados na fabricação de produtos a serem exportados;
- c) isenção e redução, em casos específicos, do IPI, imposto de renda e do imposto sobre operações financeiras (IOF);
- d) isenção e redução do imposto de importação em decorrência de acordos firmados pelo Brasil;
- e) aumento da lista de produtos financiados pelo PROEX;
- f) aumento do prazo de financiamento do PROEX.

De acordo com Kume (1996), após a introdução do Plano Real, em 1994, a abertura comercial foi intensificada devido a três fatores simultâneos: em função da necessidade de impor maior disciplina aos preços domésticos dos produtos importáveis, a desproteção cambial¹⁶, que fora provocada pela valorização do real frente ao dólar, e as quedas nas alíquotas do imposto de importação decorrentes da implementação da Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul¹⁷.

Assim, a condução da política de importações passou a se subordinar aos objetivos da estabilização de preços e moderada proteção dos setores mais atingidos pela abertura recente. Tais interesses se mostram antagônicos, visto que para a estabilização dos preços se faz necessária uma maior abertura econômica para as importações, enquanto a proteção de setores baseia-se no oposto. (AVERBURG, 1999)

A crescente trajetória das importações desde janeiro de 1993 e a entrada de capitais externos, atraídos pela implantação do Plano Real, que provocara uma forte valorização cambial¹⁸, levou ao surgimento de déficits comerciais no último bimestre de 1994, que

¹⁶ A desproteção cambial se dá pela moeda local está sobrevalorizada em relação à moeda de referência internacional, neste caso, o dólar. Assim a penetração das importações se dá de uma maneira mais acentuada, visto que os preços estão mais baratos se observados o poder de compra interno.

¹⁷ Mercado Comum do Sul, mais conhecido como Mercosul, é um projeto de integração regional que se iniciou em 26 de março de 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção, pelos países da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Tendo atualmente como Estados Partes: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela, e Estados Associados o Chile, Peru, Colômbia, Equador, Guiana e Suriname.

¹⁸ Em 04/03/95, a banda cambial estabeleceu o piso de R\$ 0,88/US\$ 1,00 e o teto de R\$ 0,93/US\$ 1,00. Com as desvalorizações sucessivas do real, novos intervalos foram fixados. Em 22/06/95, R\$ 0,91/US\$ 1,00 e R\$0,99/US\$

conjugado à fuga de capitais ocasionada pela crise mexicana no final daquele ano, acentuou as preocupações nos condutores de política econômica quanto aos riscos de financiar os déficits elevados em conta corrente, surgidos com a implantação do Plano Real. (KUME, 1996)

Buscando atender às demandas dos setores mais atingidos pela abertura e a reversão dos elevados déficits comerciais, o governo elevou as alíquotas de importação dos principais itens responsáveis pelas altas taxas de crescimento das importações. Ao mesmo tempo, para impedir elevados aumentos nos preços domésticos, que seriam tidos como abusivos, o governo reduziu as alíquotas de um grupo de insumos. (KUME, PIANI e SOUZA, 2000).

Assim, de acordo com Souza (2001), em 1996, a política comercial brasileira adequou as tarifas de importação às necessidades da economia. Como já estava em vigor a TEC, o governo buscou alterar as alíquotas de alguns produtos integrantes da lista de exceções à TEC.

Analisando a Tabela 2, obtida do trabalho de Kume, Piani e Souza (2000), é possível verificar a redução gradativa do grau de proteção às atividades competitivas com as importações, ou seja, a redução das tarifas de importação. A tabela 2 mostra tanto a tarifa nominal, que se refere à alíquota fixada na legislação, e a tarifa efetiva, que considera também as tarifas aplicadas aos insumos da produção.

Tabela 2 - Evolução das Tarifas Nominais e Efetivas no Período 1987-1996 (Em %)

Estatística	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Tarifa Nominal										
Média Simples	57,5	39,6	32,1	30,5	23,6	15,7	13,5	11,2	12,8	13,0
Média Ponderada*	54,9	37,7	29,4	27,2	20,9	14,1	12,5	10,2	10,8	10,8
Desvio –Padrão	21,3	14,6	15,8	14,9	12,7	8,2	6,7	5,9	7,4	8,7
Máximo	102,7	76,0	75,0	78,7	58,7	39,0	34,0	23,5	41,0	52,4
Mínimo	15,6	5,6	1,9	3,3	1,7	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0
Tarifa Efetiva										
Média Simples	77,1	52,1	46,5	47,7	34,8	20,3	16,7	13,6	17,1	19,9
Média Ponderada*	67,8	46,8	38,8	37,0	28,6	17,7	15,2	12,3	10,4	14,3
Desvio –Padrão	53,8	36,6	44,5	60,6	36,5	17,2	13,5	8,4	19,5	37,2
Máximo	308,1	201,3	244,3	351,1	198,3	93,5	76,5	27,7	113,8	217,5
Mínimo	8,3	-2,9	-5,4	-3,4	-4,0	-4,0	-5,0	-4,9	-2,4	-1,8

Fonte: Kume, Piani e Souza, 2000

1,00, eram o piso e o teto, respectivamente. Em 30/01/96, o intervalo foi novamente alterado, com o piso de R\$ 0,97/US\$ 1,00 e o teto R\$ 1,06/US\$ 1,00. (AZEVEDO E PORTUGAL, 1998, P. 8)

* A ponderação é feita pelo valor adicional de livre comércio.

Observa-se assim pela tabela 2, que as reformas empreendidas no período 1988-1989, levaram a uma redução na tarifa nominal média ponderada de 54,9% em 1987 para 29,4% em 1989, havendo uma redução de 46,44% na tarifa média no período. Além disso houve uma queda no desvio-padrão, de 59,15%, o que representa uma menor dispersão na estrutura tarifária, ou seja, uma menor distância das tarifas para a média. Ao observar o período 1987-1996, houve uma queda acentuada no desvio-padrão, mostrando que além da redução tarifária houve uma maior uniformidade em sua estrutura.

No período acima citado é importante observar que houve um impacto maior na redução de tarifas, mas que tal reforma visou somente o impacto nas parcelas redundantes das tarifas legais, enquanto as BNTs e os regimes especiais ainda continuaram em vigor, estes só viriam a ser alterados na fase posterior do programa.

Importante observar também que o cronograma de redução tarifária, anunciado pelo governo no ano de 1991, conforme tabela 1, fora integralmente cumprido. Tendo nesse período, 1990-93, uma redução da média ponderada de 27,2% para 12,5%, o desvio-padrão de 14,9% para 6,7%. Além disso o grau de intervalo entre as taxas máximas e mínimas foi reduzido de 78,7% e 3,3% para 34% a 0% respectivamente.

No ano de 1994 ainda continua a ser observada certa redução tarifária devido a implementação da TEC do Mercosul. A implementação levou a adoção de medidas que ocasionaram a diminuição de 2,3% na tarifa média ponderada, que passou de 12,5 para 10,2%.

No ano de 1995 ocorre um pequeno retrocesso no programa de liberalização comercial, em parte por conta de medidas em busca da reversão do elevado e contínuo déficit comercial e é importante observar que houve uma substituição da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias-Sistema Harmonizado (NBM/SH), 10 dígitos, pela Nomenclatura Comum do Mercosul-Sistema Harmonizado (NCM/SH), 8 dígitos. Isso levou a mudança na categorização das mercadorias, o que pode ter produzido pequenas diferenças na tarifa média, já que algumas mercadorias que tem uma corrente de comércio maior podem ter isso classificadas com tarifas maiores. (KUME, PIANI E SOUZA, 2000)

Com relação as tarifas efetivas, ainda no trabalho de Kume, Piani e Souza (2000, p.25), encontra-se que “a tarifa efetiva mede o aumento no valor adicionado sem a presença de tarifas

(livre-comércio). ” Na tabela 2, observa-se que as tarifas efetivas seguem a mesma tendência demonstrada nas tarifas nominais, que são a sua redução no período observado, assim como uma maior uniformidade destas.

Além disso, é importante analisar os dados do comércio exterior brasileiro, tal comércio passou de US\$ 41,275 bilhões em 1987 para US\$ 101,091 bilhões em 1996, conforme tabela 3. No período analisado ocorreu um incremento de 144% no comércio exterior brasileiro. Com relação às exportações, houve um crescimento de US\$ 26, 224 bilhões para US\$ 47,746 bilhões no período 1987-96, o que representa um aumento de 82% nas exportações no período, enquanto as importações saíram de US\$ 15,051 bilhões para US\$ 53,345 bilhões, representado um aumento de 2,5 vezes no período 1987-96.

O desempenho das importações se mostra em sintonia com as medidas adotadas no processo acima descrito. As importações aceleraram em razão da diminuição das tarifas, e também é possível notar uma maior aceleração a partir de 1994 em razão da implementação do Plano Real e a sobrevalorização da moeda nacional frente ao dólar, o que se tornou um atrativo para as importações, visto que as mercadorias se encontravam mais baratas de importar do que no mercado interno, e por outro lado houve um encarecimento das exportações no mercado mundial. A valorização cambial que veio com o Plano Real, juntamente com o aumento das importações, trouxe consigo déficits na balança comercial.

Tabela 3 - Exportações e Importações do Brasil, saldo da balança comercial e coeficiente de abertura, 1987-1996 (em US\$ milhões)

Ano	PIB Brasil	Exportações (FOB)	Importações (FOB)	Saldo Comercial	(X+M)	X/Y	M/Y	(X+M)/Y
1987	282.356	26.224	15.051	11.173	41.275	9,29	5,33	14,62
1988	305.706	33.789	14.605	19.184	48.394	11,05	4,78	15,83
1989	415.915	34.383	18.263	16.120	52.646	8,27	4,39	12,66
1990	469.317	31.414	20.661	10.753	52.075	6,69	4,4	11,10
1991	405.679	31.620	21.041	10.579	52.661	7,79	5,19	12,98
1992	387.295	35.793	20.554	15.239	56.347	9,24	5,31	14,55
1993	429.685	38.554	25.256	13.298	63.810	8,97	5,88	14,85
1994	543.086	43.545	33.078	10.467	76.623	8,02	6,09	14,11
1995	770.350	46.506	49.971	-3.465	96.477	6,04	6,49	12,52
1996	840.268	47.746	53.345	-5.599	101.091	5,68	6,35	12,03

Fonte: Exportação e Importação Brasileira: SECEX/MDIC, elaboração própria (2017).

No período 1993-95, observa-se um crescimento nas importações de quase 100%, a maior variação verificada durante todo o período observado. Alguns fatores colaboraram para que as importações apresentassem este desempenho, onde de acordo com Azevedo e Portugal (1998, p.8), se destacam tais fatores: “ (i) o crescimento econômico verificado; (ii) a acentuada valorização nominal e real da taxa de câmbio; (iii) a manutenção da queda das alíquotas de importação; (iv) o maior acesso a financiamentos externos para as importações. ”

No período demonstrado na tabela 3, o crescimento das exportações se deu de maneira mais modesta, havendo crescido 82%. Observa-se também a queda na participação das exportações no PIB, destacando o período 1994-1996, onde houve uma queda acentuada de 29% na participação, muito se deve ao fato da estabilização do Plano Real e da sobrevalorização cambial, o que encareceram os preços das exportações.

Com a abertura comercial, trazendo consigo a redução nas tarifas de importação, ocasionou a uma maior penetração dos produtos importados na economia, devido à redução nos seus preços, levando a uma maior concorrência para as empresas brasileiras, pois agora contava-se com a competição das empresas internacionais, assim as empresas nacionais tiveram que se readaptar ao novo modelo vigente.

3.2 Abertura Comercial na Coreia Do Sul

A Coreia do Sul (a partir daqui denominada somente “Coreia”), assim como o Brasil adotou o modelo de industrialização por substituição de importações, nos anos 1950. Na década seguinte, o país asiático adota um modelo de desenvolvimento voltado para as exportações, momento em que o mercado internacional era favorável a tal proposta, no entanto, inicialmente, a pauta de tais exportações era proveniente de produtos de indústrias leves. (SEUNG-WON e MASIERO, 2014).

Na década de 1970 há um crescente destaque para as indústrias pesadas e químicas, as quais se beneficiaram de certa proteção e incentivos outorgados pelo Estado coreano. Nos anos 1980-90, a Coreia apresenta uma mudança do modelo de planejamento e de inserção externa, ajustando-se às práticas então vigentes da Organização Mundial do Comércio (OMC).

A estratégia de desenvolvimento econômico coreano, até os anos 1970, foi caracterizada por uma forte presença estatal. Após a segunda guerra mundial, como muitos países o governo

coreano realizou uma série de “Planos de Desenvolvimento Econômico”, conhecidos como planos quinquenais de desenvolvimento (PQDES). (SEUNG-WON e MASIERO, 2014).

Quadro 2 - Panorama dos Planos Quinquenais de Desenvolvimento (PQDES)

	Período	Metas Básicas
Primeiro Plano	1962-1966	<ul style="list-style-type: none"> ● Remediar todos os tipos de ciclos viciosos nos campos econômico e social. ● Construir a base de uma economia autossuficiente ● Desenvolvimento em áreas como eletrificação, fertilizantes, refinação de petróleo, fibras sintéticas e cimento
Segundo Plano	1967-1971	<ul style="list-style-type: none"> ● Modernizar a estrutura industrial e construção rápida de indústrias de substituição de importações, incluindo aço, máquinas e indústrias químicas ● Facilitar o estabelecimento de uma economia autossuficiente
Terceiro Plano	1972-1976	<ul style="list-style-type: none"> ● Desenvolvimento inovador da economia rural ● Construção de uma estrutura voltada para exportação ● Implantar indústrias pesadas e setor químico
Quarto Plano	1977-1981	<ul style="list-style-type: none"> ● Estabelecer uma estrutura para o crescimento da economia autossuficiente. ● Aumentar a igualdade através do desenvolvimento social ● Inovar em tecnologia e melhorar eficiência
Quinto Plano	1982-1986	<ul style="list-style-type: none"> ● Montar base da estabilização econômica ● Aumentar oportunidades de emprego e renda, consolidando as bases do crescimento sustentado ● Melhorar o bem-estar através de desenvolvimento equilibrado entre diferentes faixas de renda e regiões
Sexto Plano	1987-1991	<ul style="list-style-type: none"> ● Estabelecimento de instituições econômicas e sociais ● Acelerar a liberalização das importações ● Fomentar o exercício de competência criativa ● Reorganizar a estrutura industrial e melhorar a tecnologia ● Desenvolver a economia nacional de maneira geral através do desenvolvimento equilibrado entre regiões ● Melhorar o bem estar das pessoas
Sétimo Plano	1992-1996	<ul style="list-style-type: none"> ● Melhorar a economia em conteúdo e mais eficiente através do estabelecimento de autonomia e competição ● Construir uma administração inovadora, a vontade de trabalhar e a moral cidadã ● Desenvolver campos de alta tecnologia, como microeletrônica, bioengenharia e aeroespacial

Fonte: Seung-won e Masiero (2014) e Metraux (1990)

Conforme se observa no quadro 2, esses planos de desenvolvimento se deram por etapas, passando da construção da base para a economia autossuficiente, para posteriormente a modernização de sua indústria e sua consolidação e estabilização constantes nos últimos planos. Yoon e Souza (2011, p. 340) sintetizam o objetivo de cada plano:

O primeiro plano quinquenal (1962/1966) tentou a industrialização por substituição de importações; o segundo plano alterou a estratégia de industrialização, baseando-se na exportação de produtos da indústria leve. O terceiro e o quarto planos procuraram estabelecer a indústria pesada e a indústria química. Desde o quinto plano, a estratégia mudou para a estabilização e a modernização tecnológica.

Na década de 1960 houve a mudança do modelo de desenvolvimento econômico coreano, saindo de um modelo de substituição de importações, que vigorava nos anos 1950, para um modelo voltado para as exportações, um modelo de desenvolvimento voltado para fora, e não mais tendo como foco o mercado interno. Tal mudança foi realizada através de vários incentivos criados para encorajar o setor privado a seguir a proposta de desenvolvimento voltado para fora. Houve a criação de subsídios financeiros para os exportadores, que através destes poderiam adquirir e importar matérias-primas do exterior, a utilização de isenções fiscais também foi empregada de maneira agressiva. Estes incentivos funcionaram de maneira muito satisfatória, havendo como consequência dessas medidas uma reorientação da pauta exportadora, saindo de produtos primários para produtos manufaturados. (KANG, 1990)

Além dos incentivos, acima mencionados, Kim (2005) mostra que havia uma pressão do governo coreano com metas ambiciosas, as quais eram definidas e passadas para os grupos industriais, para que a cumprissem, se não cumprissem sofreriam algumas retaliações pelo governo.

Sob a “batuta” da orientação administrativa – um eufemismo empregado para denotar as ordens do governo coreano –, as empresas eram forçadas a atingir suas metas. Se uma empresa não correspondesse a determinadas metas, programas ou incentivos propostos, sua declaração de renda ficava sujeita a uma cuidadosa avaliação, ou então seus pedidos de crédito bancário eram deliberadamente ignorados, sem que seus empréstimos fossem renovados. (KIM, 2005, p. 55-56)

Essa nova fase marca uma ruptura com o modelo de substituição de importações, as quais implicam em diferenças entre os modelos, de acordo com Bhagwati e Krueger (1973), no modelo voltado para a promoção das exportações, as empresas por mais protegidas que estejam no mercado interno, devem enfrentar a concorrência de preços e qualidades no mercado internacional e, além disso, os empresários estão preocupados com a redução de custos e a

melhoria da qualidade de seus produtos para a concorrência com o exterior, o que leva a uma atualização de sua eficiência em busca de um aumento de produtividade. No modelo de substituição de importações, há um baixo crescimento da produtividade das atividades que atuam nos setores protegidos, e os projetos dessas empresas são voltados apenas para o mercado interno, contando assim com menos incentivos para o aumento de sua produtividade,

Keesing (1967) observa que a orientação para as exportações traz consigo esforços para defender o mercado doméstico, mas que certo grau de concorrência é tolerado com a finalidade de tornar mais competitivas as indústrias locais. Ao contrário do que acontece no modelo de substituição e importações, onde sem concorrência, as indústrias não buscam se modernizar. Pois as inovações são geradas e reforçadas devido ao aumento da demanda agregada, a qual é relativamente estática em uma economia regida por substituição de importações.

Outro ponto observado é a diferença da intervenção governamental nos dois modelos, no modelo de substituição de importações, há uma dependência apenas do mercado interno, o que permite um alto grau de intervenção do governo, já no modelo orientado para exportação, a intervenção do governo é restringida devido às exigências de manter fabricantes competitivos no mercado externo.

Ainda de acordo com Keesing (1967), a adoção do modelo orientado para a exportação traz consigo a criação de novos recursos humanos de alta qualidade, que são criados através da experiência industrial, onde em um modelo de substituição de importações esses recursos não seriam obtidos.

Souza (2012, p. 275) sintetiza de forma clara o modelo orientado para fora:

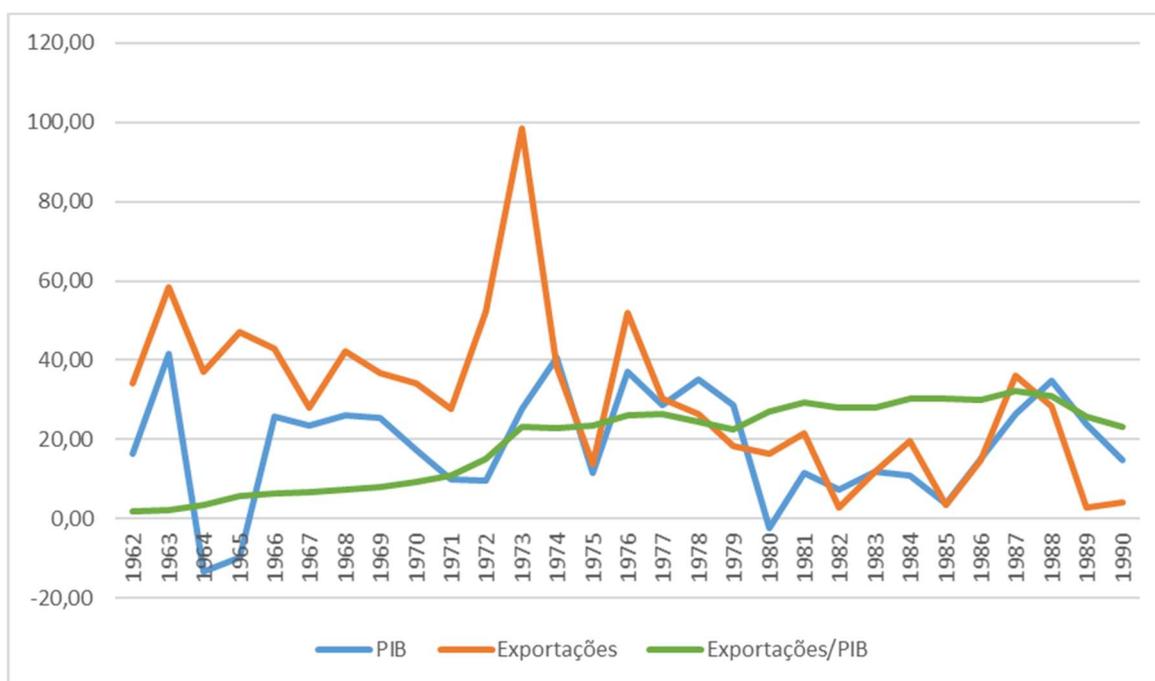
Enquanto a substituição de importações envolve custos sociais, traduzindo-se em capacidade ociosa e maior relação capital/trabalho, as exportações reduzem os custos médios, ao produzir para o mercado mundial. O grau de capacidade ociosa se reduz, assim como a relação K/L, uma vez que nos países em desenvolvimento as exportações incorporam mais trabalho, o que aumenta a produtividade dos fatores. Assim, à medida que o parque produtivo interno se amplia, fruto dos impactos de X sobre N, novas substituições emergem, dando lugar a um crescimento mais diversificado, com o surgimento de novas vantagens comparativas. O país passa de exportador de produtos agrícolas *in natura* a vendedor de produtos agroindustriais e outros produtos manufaturados. As substituições passam a ser efetuadas mais seletivamente, porque exportações crescentes podem financiar importações de menor custo médio e melhor qualidade. A orientação da economia para setores de maiores

vantagens comparativas aumenta a eficiência dos investimentos e libera capitais para promover um crescimento mais intenso

No início da nova fase orientada para as exportações, no período 1960-72, houve um crescimento industrial de 20,1%, podendo observar também um crescimento substancial das exportações nesse período, de 59,9% a.a. É importante observar que o crescimento das exportações se deram no setor das indústrias leves, ou seja, no de bens de consumo não-duráveis, onde essas indústrias ao final do período citado, representavam 76% das exportações de manufaturados e 68% da produção industrial. (MOREIRA, 1995)

De acordo com Kim (1994), a rápida expansão das exportações foi acompanhada também de uma diversificação da pauta exportadora, onde no período 1965-66 os bens manufaturados representavam cerca de 61% das exportações totais, chegando a 94% em 1990, enquanto a participação dos produtos primários caiu de 39% no período 1965-66 para apenas 6% em 1990.

Gráfico 1 - Evolução das exportações e do PIB na Coreia (1962-1990), em %



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco da Coreia (2017).

A partir do gráfico 1, verificar-se a evolução da participação das exportações no PIB, saindo de uma participação de 1,95% no PIB em 1962 para 23,27% em 1990, o maior crescimento na participação das exportações no PIB se deu entre 1962-1973, onde saiu de

1,95% para 23,3%, e no período posterior 1974-1990 há uma oscilação, mas sempre em torno dos 25%.

Em termos de valores as exportações passam de US\$ 54,8 mi em 1962 para US\$ 65,015 bi em 1990, e no período em que se há uma mudança na orientação econômica, para uma política de exportação, há um crescimento das exportações de US\$ 54,8 mi em 1962 para 1,624 bi em 1972.¹⁹

A Coreia recorreu a uma proteção de mercado como forma de proteção às suas indústrias nascentes, e também como modo de efetuar a otimização das dívidas disponíveis, para isso impôs barreiras às importações de bens não essenciais que pudessem ser produzidos internamente, e canalizou os recursos disponíveis para a importação de bens de capital, necessários para o desenvolvimento de suas indústrias. Após a consolidação de suas indústrias leves e pesadas, no período 1960-1979, o país se volta para uma inserção externa através da redução gradual das tarifas de importação. (MOREIRA, 1995)

Nos anos 70, sob as vigências dos terceiro e quarto PQDEs, o governo coreano volta-se para a promoção das indústrias pesadas e químicas, para com isso diversificar sua pauta exportadora e fornecer também novas indústrias com matérias-primas e bens de capital para eliminar a dependência externa. As novas indústrias seriam pautadas na produção de ferro, aço, produtos petroquímicos e metais não ferrosos, assim como a construção naval. O resultado de tais esforços levou a um crescimento das indústrias pesadas e químicas em 51,8% no ano de 1981, e suas exportações aumentaram para 45,3% da produção total. (METRAUX, 1990)

Os subsídios às exportações que vigoravam desde a mudança do modelo nos anos 1960 passaram a sofrer um forte declínio nos anos subsequentes, saindo de uma razão dos subsídios à exportação em relação à taxa de câmbio de 36,6 em 1963, para 6,7 em 1970 e 0,4 em 1982. A liberalização das importações foi anunciada em 1978, porém devido ao segundo choque do petróleo, ocorrido em 1979 e a uma desaceleração ocorrida na economia nesse período 1978-79, acabou por paralisar a liberalização, que só foi retomada em 1984, o governo promulgou a Lei de Reforma Tarifária, com o objetivo de reduzir de forma gradual os impostos sobre produtos importados. Além da redução gradual dos impostos, houve também uma liberalização dos itens importados, os quais subiram de um total de 51% em 1973, para 95,2% em 1988 e

¹⁹ Informações acerca dos valores dos dados como PIB, Exportações e Importações da Coreia podem ser verificadas no anexo I.

98,6% em 1994, contou-se também com a eliminação das BNTs. Com isso, houve uma maior competição das empresas coreanas com as empresas internacionais. (KOW, 2010; KIM, 2005)

De acordo com Koh (2010), o governo coreano anunciou em 1984, por meio de um anúncio prévio de redução de tarifa, a redução de suas tarifas de importação, porém esta ocorreu de maneira gradual, para que as empresas pudessem se preparar para a competição internacional. Além disso, a Coreia devido aos acordos assumidos na Rodada do Uruguai²⁰, reduziu suas tarifas em 54% e aumentou a lista de produtos sem tarifas em 26%. Em consequência, a taxa média de tarifas em 1989 foi de 12,7% e caiu para 7,9% em 1995. Houve também a promulgação da Lei do Comércio Externo em 1987, que aumentou a liberalização do comércio e reduziu drasticamente o apoio direto às exportações.

O programa de liberalização do comércio proposto pelo governo, consistia em dois planos de liberalização das importações de cinco anos, um para as BNTs e outro para as tarifas. No que tange às BNTs, o objetivo era que o índice de liberalização das importações passasse de 80,4% em 1983, para 87,7% até 1985 e para 95,4% até 1988, em relação às tarifas a proposta era uma redução de 23,7% em 1983 para 20,6% em 1984 e 16,9% em 1988. Além das importações, o governo também possuía como objetivo limitar os subsídios empreendidos nesse setor, e isso ocorreria juntamente com a redução da proteção. (MOREIRA, 1995)

Tabela 4 - Tarifas médias de importação na Coreia (1962-1989), em %

Estatística	1962	1968	1973	1977	1979	1983	1984	1988	1989
Tarifa média	39,9	39,1	31,5	29,7	24,7	23,7	21,9	18,1	12,7

Fonte: Elaborada a partir de dados de Moreira (1995).

A partir da observação da tabela 4, pode-se notar que houve uma queda, de maneira gradual, no período 1962-89, saindo de uma tarifa média de 39,9% em 1962 para 12,7% em 1989, uma redução de 68,17%. Além disso verifica-se que as reduções almejadas pelo governo nos anos de 1984 e 1988 ficaram fora do alvo, pois se pretendia uma tarifa de 20,6% em 1984, e nesse ano a tarifa praticada foi de 21,9%, o mesmo ocorre no ano de 1988, onde o governo desejava praticar uma tarifa de 16,9% e a observada nesse período foi de 18,1%.

²⁰ A Rodada do Uruguai constou de uma reunião para discutir as diretrizes do comércio internacional, onde foram assinados acordos estabelecendo as diretrizes e regras para o ordenamento do comércio mundial, a competição de forma justa e um cenário menos distorcido por barreiras unilaterais. Na Rodada do Uruguai foi criada a Organização Mundial do Comércio (OMC), sob a chancela da Organização das Nações Unidas (ONU).

Yoo e Kim (2015) observam que, desde a década de 1970, a Coreia já realizava uma redução de suas tarifas, assim ao chegar nos anos 1980 não havia um espaço tão amplo para uma redução acentuada, e que devido a esse fato, o relaxamento do licenciamento das importações fez uma maior diferença em relação a redução tarifária.

A tabela 5 mostra o controle das importações via BNTs, onde se observa que houve uma severa redução do controle de importações, onde a partir de 1967 há uma inversão na lista, de positiva passa para uma lista negativa, ou seja, na listagem negativa o governo decidiria o que seria importado ou não, obtendo assim um maior poder de controle, na listagem positiva todos os itens passam a ser importados automaticamente, exceto aqueles que constam como restritos ou proibidos.

Em 1978 e 1979 houve uma pequena liberalização no sistema de importações, sendo a mais ampla ocorrida no ano de 1981, e a partir de então há um substancial aumento dos itens com aprovação automática. E os itens proibidos já não constam mais nos controles de importação, havendo apenas alguns itens restritos.

Tabela 5 - Número de itens de importação controlados de acordo com categorias restritivas (AA – Aprovação automática, Restritos e Proibidos), 1961-1991

Ano	Lista Positiva			Lista Negativa			Total	AA/Total
	AA	Restrito	Proibido	AA	Restrito	Proibido		
1961	1015	17	305	-	-	-	-	-
1962	1377	121	433	-	-	-	-	-
1963	109	924	414	-	-	-	-	-
1964	496	N.d.	631	-	-	-	-	-
1965	1495	124	620	-	-	-	-	-
1966	2307	127	2446	-	-	-	-	-
1967	-	-	-	792	402	118	1312	60,4%
1969	-	-	-	723	530	74	1312	55,1%
1971	-	-	-	721	518	73	1312	55,0%
1973	-	-	-	683	556	73	1312	52,1%
1975	-	-	-	649	602	66	1312	49,5%
1977	-	-	-	691	560	61	1312	52,7%
1979	-	-	-	683	327	-	1097	67,6%
1981	-	-	-	5579	1886	-	7465	74,7%
1983	-	-	-	6355	1560	-	7915	80,4%
1985	-	-	-	6945	970	-	7915	87,7%

1987	-	-	-	7407	508	-	7915	93,6%
1989	-	-	-	N.d.	N.d.	-	7915	95,5%
1991	-	-	-	N.d.	N.d.	-	7915	97,3%

Fonte: Moreira (1995)

Além disso, o governo coreano contava com um sistema de vigilância de importação, onde as autoridades poderiam impor tarifas variáveis sobre itens que constassem na lista desse sistema, assim, se houvesse uma elevação nas importações em algum item da lista, ocasionaria em um aumento da tarifa de importação desse item, isso ocorria com base no raciocínio de que o aumento drástico e repentino na importação de determinado item poderia causar uma instabilidade no mercado interno. Porém a partir do relaxamento do controle de importações houve uma redução no alcance dos itens sob vigilância. (YOO e KIM, 2015)

A liberalização na Coreia foi realizada de uma maneira cautelosa e seletiva, pois as empresas receberam tempo o suficiente para se adequarem à concorrência internacional, além disso, a liberalização ocorreu de uma maneira seletiva porque as indústrias que não possuíam maiores vantagens estáticas e dinâmicas, assim como as empresas de setores estratégicos foram as últimas a contarem com a concorrência externa. (MOREIRA, 1995)

A Tabela 6 mostra as taxas de importação por setores, onde constata-se que as metas foram praticamente alcançadas, exceto para os bens primários, onde possuía como objetivo uma liberalização de 80,5% em 1988, alcançando o índice de 75,3%. Enquanto isso nos demais setores observa-se que foram integralmente cumpridas a liberalização das restrições via BNTs.

Tabela 6 - Taxa de liberalização das importações coreanas por setor (1983-89) em %

Indústria	1983	1985	1988	1989
Bens Primários	73,2	78,2 (77,8)	75,3 (80,5)	79,2
Químicos	94,4	95,6 (95,7)	100 (99,6)	100
Têxteis	80,4	93,1 (90,4)	98,8 (97,8)	99,5
Aço e metais	90,9	95,6 (94,9)	100 (100)	100
Máquinas	68,7	83,0 (83,2)	100 (100)	100
Elétrica e Eletrônicos	53,6	73,8 (73,9)	100 (100)	100
Outros	81,2	82,8 (83,7)	94,9 (88,2)	94,9
Total	80,4	87,7 (87,7)	94,7 (95,4)	95,5

Fonte: Moreira (1995)

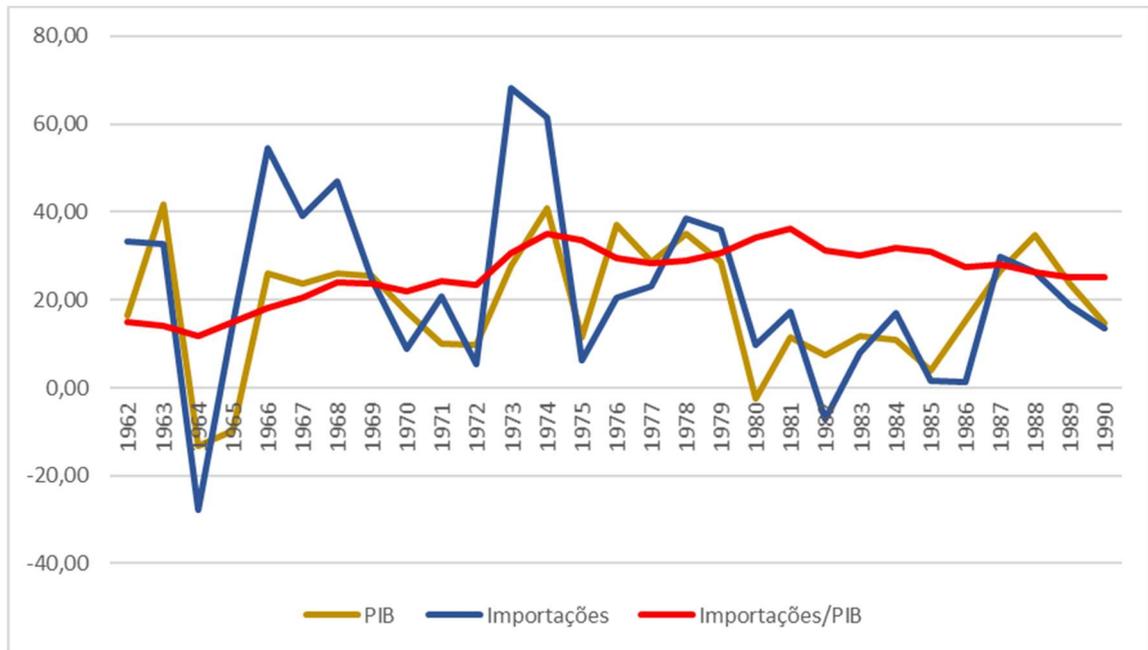
Os números entre parênteses são as taxas planejadas.

Assim como houve uma crescente participação das exportações no PIB coreano, a participação das importações também cresceu no período 1962-1990, conforme pode ser observado no gráfico 2, em que as importações possuíam um peso maior no PIB nos anos 1962 do que as exportações, sendo de 14,99%. Analisando o início da liberalização das importações, o ano de 1984, os valores das importações coreanas eram de US\$ 30.631 bilhões, crescendo para US\$ 69.843 bilhões no ano de 1990, mostrando um crescimento de 128% no período 1984-90.

Importante observar que as importações coreanas sempre tiveram um patamar elevado em relação ao seu PIB e que mesmo após um maior relaxamento das importações esse patamar não se alterou muito em relação ao PIB, e isso ocorre por conta de uma maior dependência das importações. De acordo com Dall'Acqua (1991), desde o período de substituição de importações a economia coreana era dependente das importações de bens de capital e matérias primas não produzidas no país, e com a expansão industrial ocorrida no país revelou-se fortemente dependente de matérias-primas, maquinarias e equipamentos importados. Mesmo com a promoção das indústrias pesadas, que foram instaladas justamente para conter a dependência externa, as importações continuaram a crescer, que em parte se deu por conta do primeiro choque do petróleo, aumentando os preços substancialmente, causando impactos em uma economia dependente de petróleo.

Além disso, o desenvolvimento coreano se pautou por meio dos PQDES, os quais orientavam toda a política de desenvolvimento econômico do país, sendo que estes iam além do papel, e foram postos em prática conforme anunciado. Após a mudança de modelo, buscando a promoção às exportações, a Coreia passa por um período de fortalecimento de sua base industrial, investindo na promoção das indústrias pesadas e químicas, podendo assim diversificar sua pauta exportadora, como também fornecer produtos ao mercado interno, suprimindo a necessidade que antes era posta via importações.

Gráfico 2 - Evolução das importações e do PIB na Coreia do Sul (1962-1990), em %



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco da Coreia (2017).

Com isso, a maior liberalização das importações ocorre em um ambiente em que a estrutura econômica coreana está amplamente desenvolvida e pronta para a concorrência internacional, o que não provocou grandes impactos na indústria em sua fase inicial, o que pode ser explicado pelo modo em que as tarifas de importação e as BNTs foram retiradas de maneira gradual, concedendo tempo para que as empresas nacionais pudessem se planejar para uma maior abertura internacional, o que de fato ocorreu, onde as empresas coreanas buscaram atualizar seus negócios em termos de qualidade e tecnologias utilizadas, ocorrendo também uma reorganização nos seus sistemas de produção, e também a liberalização começou pelos itens em que a Coreia possui uma vantagem competitiva, e os demais ficaram para fases posteriores do programa. (NAM, 1992; YOO E KIM, 2015)

4. A INDÚSTRIA DE BENS DE CAPITAL: UMA ANÁLISE PÓS-ABERTURA

O setor de bens de capital possui uma importância estratégica para a economia do país, dessa forma, busca-se abordar a indústria de bens de capital frente a mudanças econômicas, especificamente a liberalização comercial, ocorrida nos países estudados, apresentando inicialmente uma breve caracterização do setor de bens de capital, passando pela evolução histórica desse setor antes do período de abertura comercial, e posteriormente os impactos provenientes de tal abertura, a partir da análise de alguns indicadores, buscando verificar como se comportou esse setor frente às mudanças impostas.

4.1 Uma Breve Caracterização do Setor de Bens de Capital

A categoria bens de capital engloba os bens extremamente distintos como máquinas e equipamentos. O que acaba definindo-os é sua utilização em contínuos processos produtivos de outros bens e serviços sem que ocorra transformações em si, como verifica-se nos insumos produtivos, que passam por modificações durante o processo de produção. Logo, um bem pode ou não ser identificado como de capital pelo seu uso. (ALÉM E PESSOA, 2005)

O setor de bens de capital possui uma importância estratégica na economia do país, pois acaba influenciando no aumento da produtividade e também atua como um difusor de progresso técnico, conforme argumenta Café et al (2004, p.225):

O investimento em bens de capital representa uma dimensão importante do investimento produtivo, uma vez que, além de propiciar a ampliação da capacidade produtiva, viabiliza o aumento da produtividade média da economia. A competitividade estrutural de toda a indústria depende da existência de um forte setor de bens de capital, que atua como difusor de progresso técnico para toda a indústria.

Além da difusão do progresso técnico e do aumento da produtividade, de acordo com Além e Pessoa (2005), o desenvolvimento de um setor de bens de capital nacional é de fundamental importância para a redução da vulnerabilidade externa da economia, pois o seu desenvolvimento reduz a restrição externa, passando a diminuir a propensão marginal a importar mesmo quando há um aumento da taxa de investimento, o que leva a uma redução na pressão do balanço de pagamentos, isso ocorre, pois uma maior produção nacional de bens de capital leva a uma menor importação destes, e como há uma redução nas importações, gerando uma folga na balança de pagamentos, já que o valor importado desses bens deixa de existir.

Fajnzylber (1983), ressalta o papel estratégico da indústria de bens de capital, onde sua magnitude e estrutura interna estabelecem um fator explicativo para a análise da dinâmica industrial como um todo. E além disso, as mudanças da produtividade não ficam restritas apenas ao setor de bens de capital, sendo difundida por toda a indústria, o que conseqüentemente influencia na competitividade internacional das economias nacionais.

A indústria de bens de capital contém tipologias distintas que servem para enquadrar a variedade de produtos em determinados segmentos de acordo com a complexidade tecnológica ou com sua finalidade. Assim a classificação tradicional se divide em duas situações: a) bens de capital seriados, que são os bens produzidos em larga escala, de forma padronizada e em série, onde as economias estáticas de escala são muito importantes, predominando nestes segmentos processos de produção rígidos e regidos pela competição de preços; b) bens de capital sob encomenda, que são produzidos segundo características associadas a determinado processo de produção, onde as trocas de informações entre compradores e produtores são essenciais. Ou seja, os bens seriados são dependentes de escala de produção, enquanto os sob encomenda são dependentes de tecnologia de produto. (ALÉM E PESSOA, 2005; NASSIF, 2007)

Por possuir vínculos diretos com os fluxos de investimento bruto, o setor de bens de capital acaba sendo mais afetado pelos ciclos econômicos de curto prazo, isso ocorre devido a sensibilidade do investimento perante as oscilações na economia, onde perspectivas pessimistas quanto ao crescimento do produto levam a impactos negativos na demanda de bens de capital. (NASSIF E FERREIRA, 2010; VERMULM, 2003).

Já quando a economia volta a crescer, a indústria de bens de capital é a última a sentir os efeitos positivos, pois as empresas tendem a ocupar primeiramente a capacidade instalada para depois investir em máquinas e equipamentos. Nos ciclos recessivos prolongados, as empresas do setor de bens de capital passam a operar com níveis de capacidade ociosa acima da média apresentada na economia, isso leva a um incremento nos custos fixos médios, fragilizando assim a sua competitividade (NASSIF E FERREIRA, 2010; VERMULM, 2003).

Importante salientar também o papel que este setor desempenha na qualificação da força de trabalho, pois para o desenvolvimento desse setor se faz necessária uma mão de obra qualificada, que possua habilidades e competências técnicas necessárias para o projeto,

fabricação e manutenção de máquinas e equipamentos. (FAJNZYLBBER, 1983 *apud* OLIVOS, 2006)

Dessa maneira, a indústria de bens de capital se mostra como uma das principais forças propulsoras do desenvolvimento econômico de um país. Ampliando a capacidade de produção, mantendo vínculos com praticamente todos os setores da atividade produtiva e por estimular e disseminar o progresso técnico para o restante da economia, sendo o bem de capital um portador do conhecimento por incorporar tecnologia. Assim, o setor de bens de capital deve ser tido como estratégico na formulação da política econômica. (NASSIF E FERREIRA, 2010)

4.2 A Evolução do Setor de Bens de Capital no Brasil e na Coreia: da Origem ao Final dos Anos 1980

A indústria de bens de capital brasileira se inicia no final do século XIX, devido ao forte crescimento da produção de café, atividade responsável por demandar equipamentos que atuavam na produção e empacotamento deste bem. Sem nenhum incentivo estatal, a indústria de bens de capital nasce de forma espontânea e com produção de bens relativamente rudimentares para a época. Com a crise de 1930, há uma ruptura do modelo primário-exportador, contribuindo para o surgimento do modelo de industrialização por substituição de importações, porém devido a inexistência de um projeto nacional para o desenvolvimento da indústria de bens de capital esse setor continuou incipiente no Brasil até o final dos anos 40. (NASSIF, 2007)

Na primeira metade dos anos 1950, incentivada pelos gastos públicos na produção de insumos básicos e em infraestrutura, o setor de bens de capital cresceu a uma taxa média anual de 11%. Com o Plano de Metas, levado a cabo na presidência de Juscelino Kubitschek, o setor de bens de capital consegue um maior dinamismo econômico, e um maior grau de complementariedade da indústria brasileira, elevando sua taxa de crescimento média anual para 27% no período 1955-1962. Na crise dos anos 1960, houve a interrupção da trajetória de crescimento do setor de bens de capital no Brasil, registrando-se uma retração média anual de 2,6% no período 1962-1967. (VERMULM, 1993)

O grande avanço do setor de bens de capital ocorreu a partir da década de 1970, é nesse período que se estrutura a indústria de bens de capital sob encomenda, possuindo no investimento público sua principal fonte de demanda. Esse setor cresceu no período 1970-77 a

uma taxa média anual superior a 20%. No período 1970-74, encontra-se um crescimento mais intenso, tendo quadruplicado a produção de bens de capital, apresentando como segmento principal a produção de bens seriados, embora a produção de bens de capital sob encomenda ter elevado seu crescimento no período. Entre 1974-79, a produção de bens de capital dobrou, reduzindo assim seu ritmo de crescimento em relação ao período anterior, isso ocorreu devido aos primeiros sinais da crise econômica brasileira. Importante salientar que no período citado foi realizado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que teve como um dos setores prioritários para fins da política industrial, o setor de bens de capital. (VERMULM, 1993; NASSIF, 2007)

Por outro lado, a indústria de bens de capital sul-coreana começa a se desenvolver ao final dos anos de 1970, antes desse período a indústria ainda estava em processo de infância, onde os bens de capitais necessários eram importados, e estes contavam com isenção tarifária. Até 1970, as fábricas existentes na Coreia prestavam serviço de conserto e fabricação de algum equipamento básico, sem nenhum tipo de complexidade, ocasionando uma falta de confiança que resultava em um mercado interno de pouca demanda por produtos locais, sendo majoritariamente suprido por importações. (WESTPHAL et al., 1984; LEE, 2005)

Durante os anos 1970 a produção coreana de bens de capital cresceu 15 vezes. Todavia, esse alto crescimento se originou a partir de uma base muito baixa que se fazia presente no país nos anos 1960. Na década seguinte, observa-se um ponto de inflexão na indústria de bens de capital, pois com o terceiro PQDES (1972-1976) houve um forte estímulo ao desenvolvimento das indústrias pesadas e química, com um crescente reconhecimento de que a Coreia precisava melhorar a pauta de exportações a favor de bens de capital de alto valor agregado. Porém, até o final dos anos 1970, o índice de autossuficiência encontrava-se entre 30% e 40%, deixando claro assim, que as empresas existentes neste país asiático não eram capazes de produzir bens de capital avançados. (CHUDNOVSKY, 1985; LEE, 2005)

Westphal et al. (1984) também ressalta que houve uma mudança na política relacionada ao setor de bens de capital, onde a partir dos anos 70 houve uma abolição nas isenções tarifárias para a importação, pois houve uma mudança na prioridade do governo e passou-se então a investir na fabricação local de bens de capital, sendo necessária a partir de então uma proteção a esse setor.

Voltando para o Brasil, de acordo com Nassif (2007), nos anos 80, o Brasil conviveu com uma situação quase permanente de crise econômica, tendo como características a escassez cambial, dificuldades de acesso a crédito externo e alta inflação. Esse quadro ajudou a deteriorar o perfil competitivo da indústria de bens de capital, isso ocorreu devido às baixas taxas de crescimento levarem a uma redução na demanda e a escassez cambial que levava a um rígido controle das importações.

Abordando mais detalhadamente a década de 1980, Vermulm (1993), mostra que a primeira grande retração no mercado de bens de capital, na década de 80, acontece no período de 1981-83, e isso ocorre por conta da crise econômica brasileira, reforçada por uma política econômica recessiva. Com a redução dos investimentos do setor público na economia, há uma queda na participação dos bens de capital sob encomenda na produção total de bens de capital, e com a redução interna no consumo desses bens, há uma exportação maior desses excedentes.

No período de 1984-87, o setor de bens de capital volta a crescer, mas sem atingir o nível de produção observado em 1980. Em decorrência do esforço exportador da economia brasileira, as empresas precisam investir para se modernizar e atingir um grau de competitividade com o mercado externo, e isso leva a uma maior demanda por bens de capital. Com o cenário de instabilidade vivido pela economia nos anos 80, as taxas de investimento diminuem, o que acaba afetando diretamente o setor de bens de capital. (VERMULM, 1993)

Observa-se que a implantação e conseqüente estruturação da indústria de bens de capital no Brasil, ocorreu em condições peculiares, isso devido ao processo de substituição de importação que fora adotado pelo país, o que conferia um alto grau de proteção na concorrência internacional e contava também com estímulos governamentais, o que elevaram o crescimento do setor de bens de capital. (FELTRIN, 2005)

Ao contrário do Brasil, a economia coreana, passa pelos anos 80, com a manutenção de um ritmo elevado de crescimento econômico e mantendo a transformação estrutural do país, com o setor de bens de capital alcançando altas taxas de crescimento e aumento na participação do valor total das exportações. (LIMA, 2013)

A Coreia, nos anos 80, adotou algumas estratégias buscando estimular a concorrência internacional no mercado interno, assim foram eliminados, de forma gradual, os controles diretos de importação, buscando aumentar a competitividade da indústria. Nessa década, devido a busca de melhorias e aprendizagem de tecnologias estrangeiras, a indústria coreana aumentou

seu índice de suficiência de 50% para 60%, esse aumento coincidiu com o rápido desenvolvimento do setor de bens de capital sob todos os aspectos. (LEE, 2005)

Importante salientar que a Coreia teve como principal papel, para o desenvolvimento do setor de bens de capital, a absorção de tecnologias estrangeiras por meio da importação desses bens e da engenharia reversa, trabalhando assim, com pesquisas voltadas a absorção e ao aprimoramento de tecnologias estrangeiras, e não somente na sua adaptação. Já o Brasil desenvolveu sua indústria de bens de capital por meio dos investimentos estrangeiros direto²¹. (DUBEUX, 2009)

Com a chegada dos anos 1990, Feltrin (2005, p. 77) apresenta o seguinte cenário brasileiro, “o setor produtor de bens de capital apresentava: i) excesso de capacidade instalada; ii) excessiva diversificação da linha de produtos de cada firma; iii) reduzidos ganhos de escala; iv) elevado grau de verticalização e v) baixa capacitação tecnológica. ”

4.3 Impactos da Abertura Comercial sobre o Setor de Bens de Capital

Como visto anteriormente, nos anos 90, o ambiente macroeconômico brasileiro passou por diversas mudanças, com a liberalização comercial mais intensificada a partir dos anos 90 e com o plano de estabilização monetário, em 1994, os quais tiveram efeitos relevantes sobre a indústria de bens de capital. Com a nova orientação econômica pautada pelo neoliberalismo, o cenário passa a ser guiado pela questão da eficiência e competitividade, o que ocasiona uma reestruturação nas condições produtivas do setor de bens de capital.

Em virtude do elevado nível de desvantagem comparativa, a indústria de bens de capital, foi uma das mais afetadas negativamente com o processo de abertura comercial vivenciado pelo país na primeira metade da década de 1990. Desse modo, com o aumento da pressão competitiva externa, houve uma modificação da estrutura produtiva do setor de bens de capital, levando as firmas a implantarem um rápido processo de reestruturação industrial, com a implantação de programas de produtividade e qualidade, também foram postas em prática inovações de gestão, tudo isso com o objetivo de redução de custos e de se aproximar das condições exigidas pelo mercado. (NASSIF, 2007; VERMULM, 2003)

²¹ O investimento estrangeiro direto é a aplicação de dinheiro externo aplicado na estrutura produtiva na forma de participação acionária em empresas já existentes ou na criação de novas empresas.

De acordo com Vermulm (1993) a indústria de bens de capital se desenvolveu na produção de bens com menor conteúdo técnico, para a qual existia mercado interno, enquanto os produtos mais sofisticados eram importados, e contavam com benefícios fiscais, já que estes produtos não eram produzidos internamente, evidenciando assim a complementariedade das importações de bens de capital. Com a liberalização comercial, os bens de menor conteúdo técnico passaram a ser incorporados na cesta de importação de bens de capital.

As mudanças econômicas vivenciadas no país acabaram alterando a inserção e articulação da produção de bens de capital nas cadeias das relações interindustriais, os bens de capital importados, que anteriormente possuíam característica de complementaridade e de alavanca da produção doméstica, perdem essa característica e passam a rivalizar com a produção interna, o que pode ser observado com a rápida evolução do coeficiente de importação de bens de capital no período pós-abertura comercial. (RESENDE E ANDERSON, 1999)

Observa-se, pelos dados expostos na tabela 7, que a partir de 1990 há uma evolução no coeficiente das importações, pois as importações passam a ter uma representação acentuada no setor de bens de capital, saindo de um coeficiente de 18,50% em 1990, atingindo um pico em 1997 com um índice de 54,22%, perfazendo um crescimento de 193,08% no coeficiente de importações nesse período 1990-97.

No tocante ao coeficiente de exportações também se verifica uma elevação, mas não tanto quanto a observada sobre as importações. Isso demonstra a incapacidade do setor de bens de capital de se inserir externamente. É importante salientar que esse salto no coeficiente de exportações é fruto, muito mais, da queda na produção, pois como observado, os valores das exportações não se alteram radicalmente no período observado.

Como observa Resende e Anderson (1999), o aumento na relação importações/consumo aparente, que se traduzem no coeficiente de importação, demonstra uma perda de *market-share* da indústria doméstica de bens de capital. E, além disso, os autores observam uma redução dos índices de comércio intra-indústria em quase todos os segmentos do setor de bens de capital a partir de 1995, transmitindo que o processo de ajuste da indústria de bens de capital foi intenso após o ano de 1995, ano que já havia consolidada a liberalização comercial do país.

Tabela 7 - Produção e Comércio Exterior de Bens de Capital no Brasil (1987-2002)

Ano	Prod BK US\$ bi 2002	Export. BK US\$ bi 2002	Import. BK US\$ bi 2002	Saldo Comer US\$ bi 2002	Cons. Aparente US\$ bi 2002	Coefic Export (%)	Coefic Import (%)
1987	20,91	2,30	2,62	-0,32	21,23	11,00	12,33
1988	20,3	3,07	3,35	-0,28	20,57	15,14	16,28
1989	19,47	3,19	2,61	0,58	18,89	16,39	13,80
1990	17,78	2,83	3,39	-0,56	18,34	15,92	18,50
1991	14,71	2,81	3,24	-0,43	15,15	19,09	21,41
1992	13,28	3,03	3,17	-0,14	13,42	22,83	23,62
1993	13,03	3,49	3,31	0,18	12,85	26,77	25,74
1994	14,96	3,94	5,13	-1,19	16,14	26,36	31,78
1995	15,17	4,04	7,38	-3,34	18,51	26,62	39,86
1996	13,19	4,11	7,93	-3,82	17,00	31,19	46,63
1997	13,06	4,43	10,22	-5,79	18,85	33,93	54,22
1998	12,26	4,18	9,35	-5,17	17,44	34,05	53,62
1999	10,83	3,61	7,74	-4,12	14,96	33,37	51,74
2000	12,21	3,73	6,86	-3,13	15,34	30,56	44,71
2001	13,14	3,72	7,51	-3,79	16,93	28,31	44,36
2002	10,86	3,70	6,18	-2,48	13,34	34,07	46,33

Fonte: Vermulm (2003)

Constata-se também que a partir de 1994 há uma geração de elevados déficits da balança comercial de bens de capital, essa deterioração pode ser explicada por três fatores:

- (i) conclusão do cronograma de redução de tarifas no âmbito do programa de liberalização comercial; (ii) valorização real do câmbio, aprofundada pelo programa de estabilização implementado a partir de meados de 1994; e (iii) crescimento acelerado da demanda doméstica de bens de capital, no âmbito dos esforços de modernização da produção doméstica a fim de enfrentar a crescente concorrência internacional. (RIBEIRO E POURCHET, 2000, P. 34)

Baseando-se nos dados referentes ao comércio exterior de bens de capital no Brasil e na Coreia (tabela 8), identifica-se no Brasil, com exceção do ano de 1989, déficits na balança comercial de bens de capital em todos os anos do período analisado, por outro lado, a Coreia sai de um período de déficit para a obtenção de superávits constantes a partir de 1997, devido a uma queda das importações nesse período.

A alta importação de bens de capital, na Coreia, nos períodos iniciais se deve ao modelo de industrialização adotado, onde a utilização de tecnologia foi originada da importação de bens de capital, exercendo assim um papel central na busca por tecnologias estrangeiras. E o crescimento das exportações ocorreu com a absorção de tecnologia das importações e consequente aplicação no processo produtivo. (DUBEUX, 2009)

Essa diferença no modelo adotado ajudou a Coreia a construir sua própria planta industrial e também desenvolver sua indústria a partir da importação de bens de capital para a absorção de tecnologias, conforme destaca Kim (2005, p. 76):

Em resumo, a Coreia restringiu os investimentos estrangeiros diretos, mas promoveu a transferência de tecnologia por outros meios, como a importação de bens de capital, nos primeiros anos de sua industrialização. O capital foi adquirido sob a forma de empréstimos estrangeiros. Essa política, formulada para manter a independência administrativa das empresas coreanas em relação às multinacionais, foi efetiva para forçá-las a tomar a iniciativa e a desempenhar papel central no aprendizado – ou seja, na aquisição, assimilação e aperfeiçoamento de tecnologias importadas, em vez de ficar dependendo inteiramente de fontes externas.

Tabela 8 - Comércio Exterior de Bens de Capital no Brasil e na Coreia (1989-2003)

Ano	Brasil			Coreia		
	Export. BK US\$ mil	Import. BK US\$ mil	Saldo Comer BK US\$ mil	Export. BK US\$ mil	Import. BK US\$ mil	Saldo Comer BK US\$ mil
1989	5.490.144,91	5.369.142,39	121.002,52	17.466.295,36	22.136.815,59	-4.670.520,24
1990	4.854.046,87	6.501.692,48	-1.647.645,62	19.952.227,36	25.059.091,21	-5.106.863,86
1991	5.069.924,84	6.549.597,11	-1.479.672,27	23.764.516,60	29.839.111,90	-6.074.595,30
1992	6.220.374,00	6.819.101,92	-598.727,92	25.947.620,80	30.378.029,45	-4.430.408,64
1993	7.035.706,53	8.360.952,82	-1.325.246,29	29.077.874,84	30.158.549,72	-1.080.674,88
1994	7.987.829,02	12.009.090,35	-4.021.261,33	38.269.978,34	39.585.720,87	-1.315.742,53
1995	7.865.015,49	17.866.727,01	-10.001.711,52	53.911.644,96	52.413.226,52	1.498.418,44
1996	8.289.679,69	20.136.390,65	-11.846.710,96	53.819.848,42	57.645.699,03	-3.825.850,60
1997	10.005.619,91	25.011.587,51	-15.005.967,60	55.562.818,29	51.430.615,22	4.132.203,07
1998	10.533.934,58	23.906.005,76	-13.372.071,18	54.509.044,91	32.695.662,22	21.813.382,69
1999	9.899.392,97	20.862.415,80	-10.963.022,83	66.539.030,19	45.718.186,99	20.820.843,20
2000	13.130.917,73	21.977.670,97	-8.846.753,24	84.096.869,67	62.026.291,35	22.070.578,32
2001	13.160.650,19	22.661.592,57	-9.500.942,38	70.278.879,48	49.740.965,98	20.537.913,50
2002	12.454.176,95	18.395.920,45	-5.941.743,50	81.435.759,77	55.020.608,84	26.415.150,93
2003	14.041.344,96	17.742.690,74	-3.701.345,79	98.796.211,63	65.527.909,30	33.268.302,33

Fonte: Elaboração própria, com dados do WITS, 2017.

Em relação à estrutura tarifária, observa-se na tabela 9, a evolução das tarifas no setor de bens de capital. Nota-se que a redução das tarifas para esse setor está em sintonia com a redução tarifária proposta na liberalização comercial ocorrida no Brasil. Por outro lado, é possível identificar que na Coreia a redução tarifária para o setor de bens de capital é bem maior do que no Brasil, esses dados expõem assim as diferenças na abertura comercial dos países em questão, onde o Brasil teve sua abertura concluída em 1993, após um curto período de tempo, já a Coreia finalizou sua abertura em 1989, após um longo período de redução e readequação das tarifas. Visualiza-se que a partir de 1993, as tarifas no Brasil chegam a um patamar mais baixo em relação ao que se apresentava em 1989, mas ainda em um patamar superior ao apresentado pela Coreia no ano de 1989.

Tabela 9 - Tarifa Aplicada de Forma Eficaz (AHS) – Média Simples (1989-2003), em %

	Brasil	Coreia
Ano	AHS	AHS
1989	41,69	14,81
1990	34,58	12,71
1991	28,30	N.d
1992	24,51	10,80
1993	18,74	N.d
1994	18,58	N.d
1995	15,35	7,86
1996	16,14	7,80
1997	15,53	7,64
1998	18,16	7,36
1999	17,14	7,37
2000	17,06	6,21
2001	12,47	6,06
2002	14,38	5,79
2003	14,04	5,87

Fonte: WITS, Elaboração Própria, 2017.

Em relação ao desempenho do setor de bens de capital, observando-se os dados da tabela 10, é possível verificar os índices de produção do setor para o período 1987-2003, sendo a base utilizada, a média de 2002, igual a 100, verifica-se que a produção do setor de bens de capital no Brasil se mantém em um patamar sempre próximo a 100, por outro lado a Coreia mostra uma evolução nesse índice, saindo de 20 em 1987 para 100 em 2003. Nota-se que os dados mais baixos da série ocorrem no período 1990 a 1993, demonstrando o impacto inicial que a

liberalização comercial provocou no setor de bens de capital, e ao realizar uma análise conjunta com a tabela 9, verifica-se que nesse período foi também o de quedas mais intensas das tarifas para o setor de bens de capital. Assim, observar-se que:

(...)este comportamento pode ser explicado pelo impacto das reformas liberalizantes, sobretudo a abertura comercial, e pelas condições macroeconômicas, com juros elevados e câmbio sobrevalorizado, prevalentes na maior parte do período. A maior exposição do mercado interno levou grande parte da demanda de bens de capital antes direcionada para produtores domésticos a voltar-se para importações e provocou a redução tanto da produção interna quanto do grau de agregação de valor nestes produtos. (FELTRIN, 2005, p.84)

Na Coreia, o desempenho do setor de bens de capital, analisados a partir dos índices de produção do setor, constantes na tabela 10, apresenta um desempenho crescente no período analisado, saindo de uma base muito baixa, onde apresenta o índice de 20 em 1987, e com exceção do ano de 1998, todos os outros anos apresentam crescimento. Esse crescente desempenho pode ser associado com o sexto e sétimo PQDES, onde possuíam como objetivos, a reorganização da estrutura industrial e também o estabelecimento da autonomia produtiva no país.

Tabela 10 - Índices Anuais de Produção industrial de bens de capital (1987-2003).

	Brasil	Coreia do Sul
Ano	Índice Geral	Índice Geral
1987	103	20
1988	101	23
1989	101	25
1990	86	31
1991	85	34
1992	79	35
1993	86	37
1994	102	45
1995	103	55
1996	88	61
1997	92	62
1998	91	53
1999	83	73
2000	94	91
2001	106	92
2002	100	100
2003	102	100

Fonte: IPEADATA; CEICDATA elaboração própria, 2017.

Nota: Base: média de 2002 = 100

Os principais impactos imediatos da abertura comercial sobre a indústria de bens de capital no Brasil foram os seguintes: i) um intenso movimento de saída de empresas ineficientes da indústria, a saída das empresas ineficientes pode ser vista como saudável, pois algumas empresas operavam com escala de produção aquém da escala mínima eficiente, e operavam também com preços e qualidades pouco competitivos frente aos produtos internacionais, mas por outro lado os custos sociais foram relativamente significativos; ii) o aumento da participação de empresas estrangeiras no setor; iii) a redução expressiva do número de bens produzidos por firma, principalmente entre as empresas estrangeiras, onde estas optaram por produzir um número mais reduzido de diferentes produtos, em geral a fabricação dos menos sofisticados, ficando os mais sofisticados supridos por meio da importação; e iv) a desverticalização dos processos de produção preexistentes, que consiste em delegar as outras empresas a produção total ou parcial das matérias-primas e demais insumos necessários para a fabricação dos bens. (NASSIF, 2007; VERMULM, 1993)

Em relação ao aumento da participação de empresas estrangeiras no setor de bens de capital brasileiro, Ribeiro e Pourchet (2000), defendem que a aceleração das fusões e aquisições, bem como a busca de associações com empresas similares no exterior, se fizeram como forma de garantir o acesso a novas tecnologias, pois as empresas nacionais não possuíam alto grau de tecnologia. Os autores ainda destacam que esse processo foi além, sendo comum a transformação de empresas nacionais em meras representantes comerciais das multinacionais estrangeiras, pois estas possuíam conhecimento de mercado e estrutura de assistência técnica.

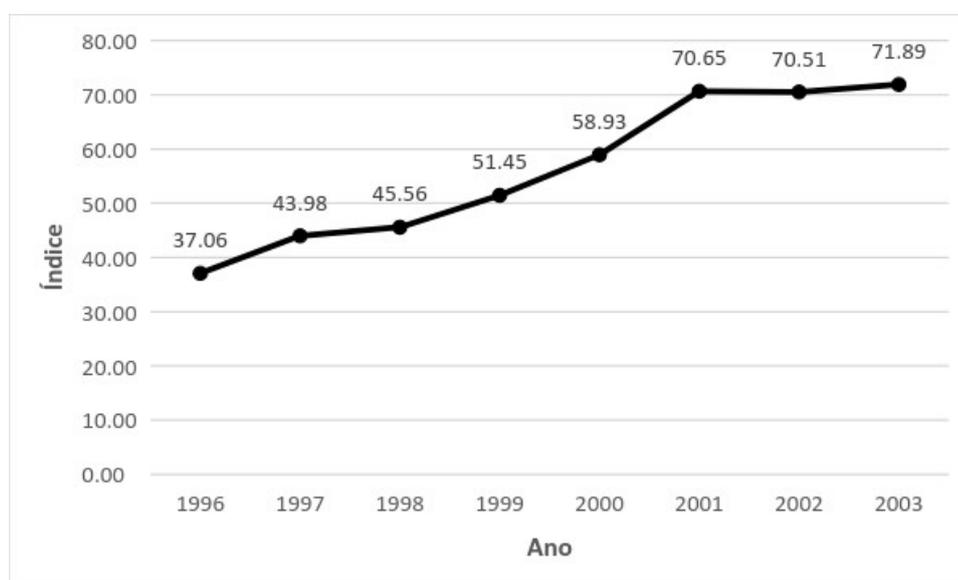
Vermulm (1993) observa que a abertura comercial, para o setor produtor de bens de capital se mostra maléfica, já para os usuários destes bens ela tem sido produtiva, já que com a entrada de concorrentes, os produtores de bens de capital são forçados a reduzir suas margens de rentabilidade, o que acaba reduzindo os preços praticados. O autor ressalta que por outro lado a abertura comercial, juntamente com a retração do mercado interno, têm limitado o esforço de desenvolvimento tecnológico, reduzindo os investimentos na modernização do processo produtivo e também retardando o lançamento de novos produtos.

Um dos resultados da reestruturação industrial ocorrida nos anos 90, pós-abertura comercial, foi um aumento expressivo da produtividade do trabalho e redução de custos, e isso ocorreu sem a necessidade de realização de grandes investimentos em máquinas e

equipamentos, pois havia o predomínio das inovações organizacionais e o aumento da eficiência do aparelho produtivo. (VERMULM, 2003)

Um indicador que pode ser analisado é o de produtividade, onde é mostrado como foi a evolução da produtividade pós-abertura comercial. Esse indicador é dado pela relação entre Valor de Transformação Industrial (VTI) e de Pessoal Ocupado (PO)²², analisando o gráfico 3 abaixo, observa-se que o indicador de produtividade na indústria de bens de capital sofre elevação a partir do ano de 1996, atingindo uma estabilidade a partir de 2001.

Gráfico 3 - indicador de produtividade do trabalho (VTI/PO), na indústria de bens de capital brasileira (1996-2003)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Santoro (2011)

Assim, a abertura comercial coloca-se como uma mudança na política industrial. E de acordo com a nova orientação econômica, tais reformas ocasionariam correções nas distorções alocativas oriundas do processo de substituição de importações, melhorando a eficiência do setor de bens de capital, tornando-o mais competitivo internacionalmente.

Em relação a Coreia, Kim et al. (2007) mostra através de seu trabalho que as importações de bens de capital, que não podem ser produzidos internamente, permitem que as empresas locais se diversifiquem e se especializem, aumentando sua produtividade. Dessa forma, a importação desses bens ajuda as empresas nacionais a melhorarem sua qualidade e

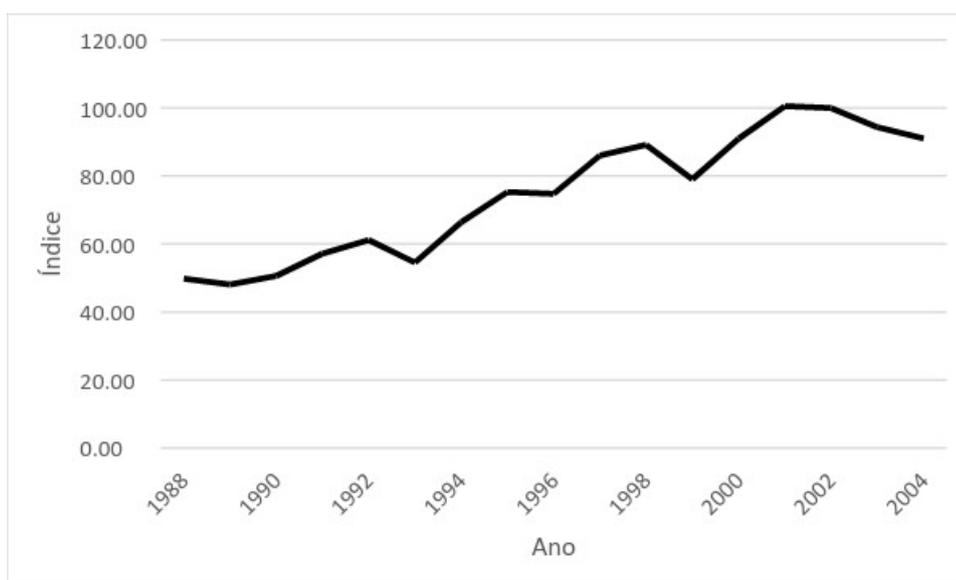
²² Pessoal Ocupado - Compreende a totalidade das pessoas remuneradas diretamente pela empresa, efetivamente ocupadas.

Valor da Transformação Industrial (VTI) - Corresponde à diferença entre o valor bruto da produção industrial (VBPI) e o custo com as operações industriais (COI).

reduzir os custos de seus produtos. Além disso, os bens de capital, geralmente incorporam tecnologia avançada, o que serve de mecanismo para absorção de tecnologia para a empresa importadora.

O gráfico 4 mostra a relação entre os preços de exportação e os preços de importação dos bens de capital no Brasil, denominado termos de troca, onde mostra que há uma contínua elevação do índice com uma estabilização a partir dos anos 2000. Essa elevação se deu tanto pela redução dos preços de importação no período observado, como também pelo aumento nos preços de exportação. Como ressalta Ribeiro e Pourchet (2000, p. 34), “estes números indicam um dos grandes benefícios da liberalização comercial previstos pela teoria econômica: a possibilidade de acesso a produtos importados a um custo mais baixo, aproximando-se dos níveis encontrados pelos concorrentes no mercado internacional.”

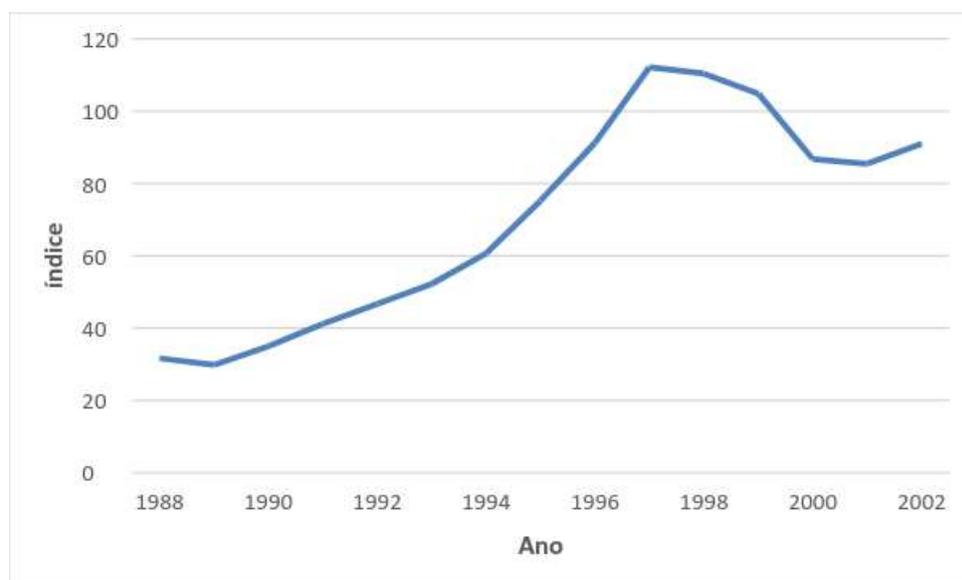
Gráfico 4 - Termos de Troca de Bens de Capital no Brasil (2002=100)



Fonte: elaboração própria, com dados do IPEADATA. (2017)

Pode-se analisar também, a partir do gráfico 5, o grau de abertura econômica durante o período 1988-2002, onde é observada uma crescente abertura desse setor, até o ano de 1997, corroborando com a nova orientação econômica pautada pela abertura comercial, e a partir de 1997 há uma queda nesse índice, onde acaba possuindo uma certa estabilidade a partir dos anos 2000.

Gráfico 5 - Grau de abertura comercial do setor de bens de capital brasileiro (1988-2002)



Fonte: Elaboração Própria, a partir de dados de Vermulm (2003)

Uma análise importante do setor de bens de capital e sua inserção externa que se pode fazer no período é o de vantagens comparativas reveladas (VCR), que aponta os segmentos ou setores com maior potencial exportador reativo.

Nassif (2007) observa que a indústria de bens de capital como um todo não possui vantagem comparativa no mercado internacional, sendo presente esta vantagem em apenas alguns segmentos como o de máquinas e equipamentos agrícolas e de máquinas e equipamentos de transporte. Assim, esse indicador nos mostra que se o país quiser se especializar, deve buscar uma especialização nos segmentos que já possua vantagem comparativa.

A partir dos dados constantes na tabela 11, pode ser observado que no Brasil o índice Vantagem Comparativa Revelada (VCR) sempre foi baixo, revelando assim uma baixa competitividade da indústria de bens de capital frente a concorrência internacional, e dessa forma possuindo desvantagem comparativa revelada. Já a Coreia, possui esse índice elevado, se mantendo constantemente superior ao do Brasil, chegando em vários anos a ultrapassar o triplo do apresentado pelo Brasil, e por possuir um índice maior que 1, a Coreia possui vantagem comparativa revelada na produção de bens de capital.²³

²³ Se VCR é superior a 1, o país possui vantagem comparativa revelada para o produto analisado, ou seja, esse país encontra-se relativamente especializado na exportação desse bem. Por outro lado, se o VCR é inferior a 1, o país possui desvantagem comparativa revelada para a exportação do produto analisado. (GABINETE DE PLANEJAMENTO, ESTRATÉGIA, AVALIAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2010, P. 1)

Logo após a abertura comercial esse índice se mantém de certa forma estável, por outro lado os dados mostram que na Coreia há uma elevação constante desse nível possuindo um crescimento de 113% no índice no período analisado.

Dessa forma, Nassif (2007) destaca que não se deve descartar o apoio aos segmentos que não possuem vantagens comparativas, principalmente aqueles que possuem um alto potencial gerador e difusor de inovações, pois são capazes de auxiliar o ritmo de crescimento da economia como um todo. Assim como, os setores que possuem desvantagem comparativa podem reverter tal posição, mas que para isso são necessárias estratégias diversas para aumentar a produtividade, tais como aumento de gastos em P&D, incorporação de ganhos de escala e maior esforço exportador.²⁴

Tabela 11 - Índices de vantagens comparativas reveladas (VCR) 1989-2006

	Brasil	Coreia do Sul
Ano	VCR	VCR
1989	0,23	0,75
1990	0,35	0,83
1991	0,47	0,89
1992	0,48	0,94
1993	0,53	1,04
1994	0,51	1,19
1995	0,50	1,35
1996	0,51	1,33
1997	0,53	1,31
1998	0,57	1,23
1999	0,54	1,35
2000	0,59	1,41
2001	0,59	1,35
2002	0,55	1,53
2003	0,54	1,60

Fonte: WITS. Elaboração Própria, 2017.

²⁴ Conforme visto anteriormente no capítulo 1, a principal estratégia para aumentar a produção e competitividade internacional em setores com economia de escala é aprofundar as relações comerciais entre os países que possuem demanda semelhantes.

As mudanças ocorridas no setor de bens de capital pós-abertura comercial foram em linhas gerais negativas, onde apenas alguns segmentos específicos que conseguiram competitividade.

Em resumo, o resultado líquido das mudanças estruturais na economia para a indústria brasileira de bens de capital é, em seu conjunto, negativo. Ainda que alguns segmentos, como o de aeronaves, tenham obtido ganhos competitivos relevantes, de uma maneira geral: i) reduziram-se o volume e o valor da produção doméstica; ii) ampliaram-se a dependência externa e a condição deficitária da balança comercial destes bens; iii) reduziu-se o conteúdo tecnológico da produção nacional; iv) desarticularam-se as relações entre produtores e usuários, enfraquecendo as cadeias produtivas internadas no país; v) não existem evidências de redução significativa da concentração de mercado na indústria produtora de bens de capital. (FELTRIN, 2005, P. 97)

Com isso, o setor de bens de capital brasileiro, precisa se aprimorar e aumentar suas exportações, além disso o Brasil deve possuir competência para projetar máquinas e equipamentos com tecnologia de ponta, pois sem isso não será relevante no mercado internacional. E para isso é necessária uma qualificação na mão-de-obra, onde o Brasil possui uma certa defasagem se comparado em termos internacionais. Ao realizar essa comparação com a Coreia observa-se que a Coreia investiu fortemente na educação a partir dos anos 1960, e o Brasil só chegou perto da universalização da educação fundamental nos anos 1990. E essa é uma importante barreira a ser ultrapassada para um desenvolvimento interno do setor de bens de capital, principalmente os de alto grau técnico. (VERMULM E ERBER, 2002; DUBEUX, 2009)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho possibilitou a análise da abertura comercial do Brasil e da Coreia e seus impactos sobre o PIB e o comércio internacional de ambos os países e também uma observação do que ocorreu com o setor de bens de capital. Com diferentes abordagens sobre como se realizou a abertura comercial, a Coreia a fez de uma forma mais gradual e com um apoio ao desenvolvimento de sua indústria interna, já o Brasil abriu seu mercado de maneira abrupta a partir dos anos 1990, e sem nenhum planejamento colocou a uma competitividade internacional suas empresas.

Observou-se os graus de abertura comercial das duas economias, e que apesar da redução das barreiras às importações o índice de abertura ficou relativamente estável após a liberalização, isso ocorreu por que o aumento das importações foi acompanhado por um aumento no PIB dos países. Mas é importante salientar que após a redução das barreiras não tarifárias em conjunto com uma redução tarifária, houve um aumento das importações principalmente no Brasil.

O setor de bens de capital brasileiro observou uma mudança em sua estrutura com a abertura comercial, sendo este setor um dos mais afetados após esse processo, e isso levou a uma reestruturação industrial, com a implantação de programas de produtividade e qualidade, buscando reduzir custos e se aproximar das condições de competitividade internacional.

O que se observou com as importações em geral na economia brasileira, foi visto com um maior grau no setor de bens de capital, onde o coeficiente de importações se elevou de maneira acentuada no período analisado, o que gerou elevados déficits na balança comercial de bens de capital. Uma diferença importante nesse processo, é que a Coreia já contava com baixas tarifas de importação no seu setor de bens de capital, diferentemente do Brasil, o que acabou impactando de forma mais intensa o setor brasileiro.

Além disso, o setor de bens de capital brasileiro apresentou diversos impactos pós-abertura, como a saída de empresas ineficientes do mercado, pois não possuíam competitividade internacional, uma redução no número de bens produzidos, aumento das empresas multinacionais no setor, incorporando as empresas brasileiras por possuir um *know-how* do mercado.

Na análise dos indicadores pós-abertura, pode-se observar que houve um aumento da produtividade na indústria de bens de capital, assim como uma evolução nos termos de troca desse setor, isso evidencia uma evolução dos preços exportados frente aos importados, por outro lado, no índice VCR, esse setor não possui vantagem internacional, por outro lado a Coreia apresenta um índice que chega a ser superior a três vezes o índice brasileiro, e que possui vantagem comparativa.

Além disso, é importante observar a diferença na adoção da política de desenvolvimento e incorporação de tecnologia do setor de bens de capital, onde a Coreia buscou por meio das importações desses bens a absorção tecnológica para o desenvolvimento e produção local, onde o Brasil optou pelo desenvolvimento tecnológico via investimento estrangeiro direto.

O Brasil precisa aprimorar seu setor de bens de capital, pois este se faz importante para o desenvolvimento da nação, por possuir um alto grau tecnológico, porém para isso deve se ter um alto grau de educação no país, para que possa utilizar de uma engenharia reversa na absorção dessa tecnologia importada, devendo assim o país procurar aliar o investimento no setor de bens de capital ao investimento na educação.

REFERÊNCIAS

- ALEM, A. C. & PESSOA, R. M. *O setor de bens de capital e o desenvolvimento econômico: quais são os desafios?*. BNDES Setorial, vol. 22, pp. 71-88, 2005.
- AVERBURG, A., *Abertura e Integração Comercial Brasileira*, in GIAMBIAGI, F., e Mesquita M.M. *A Economia Brasileira nos Anos 90*, BNDES, 1999.
- AZEVEDO, A. F. Z.; PORTUGAL, M. S. *Abertura Comercial Brasileira e Instabilidade da Demanda de Importações*. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 08, n. 01, p. 37-63, 1998.
- BANCO DA COREIA. Disponível em <www.bok.or.kr/eng/>, Acesso em 10 de julho de 2017.
- BATISTA Jr., P.N. *Vulnerabilidade externa da economia brasileira*. Estudos Avançados, v. 16, n. 45, São Paulo: USP, 2002. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000200011> acesso em: 10 de novembro de 2017.
- BAUMANN, R.; GONÇALVES, R. *Economia internacional: teoria e experiência brasileira*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2015.
- BHAGWATI, J. N., & KRUEGER, A. O. *Exchange Control, Liberalization, and Economic Development*. American Economic Review 63(2): 419-427, 1973.
- BRUE, Stanley. *História do Pensamento Econômico*. 6ª Ed. São Paulo: Thomson Learning, 2006.
- CAFÉ, S. L. et al. *Notas preliminares sobre o desempenho competitivo da indústria de bens de capital brasileira no período recente*. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 20, p. 223-252, 2004.
- CARCANHOLO, M. D. *A Vulnerabilidade Econômica do Brasil: abertura externa a partir dos anos 90*. Aparecida: Idéias & Letras, 2005.
- CARVALHO, M.A.; SILVA, C.R.L. *Economia Internacional*. 4ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- CEICDATA. Disponível em <<https://www.ceicdata.com>>, Acesso em: 15 de outubro de 2017.
- CHANG, Ha-Joon. *Chutando a Escada: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. 1ª Ed. São Paulo: UNESP, 2004.
- CHUDNOVSKY, D. *The Entry into the Design and Production of Complex Capital Goods: The Experiences of Brazil, India, and South Korea*. In Capital Goods in Economic Development, M. Fransman, ed. London: Macmillan, 1985.
- CORSEUIL, C.; KUME, H. *A abertura comercial brasileira nos anos 1990: impactos sobre emprego e salários*. Ipea/MTE, 2003.

COUTINHO, E.S.; LANA-PEIXOTO, F.V.; R.FILHO, P.Z.; AMARAL, H.F. *De Smith a Porter: um ensaio sobre as teorias de comercio exterior*. Revista de gestão USP, São Paulo, v. 12, n2. 4, p. 101-113, out/dez. 2005.

DALL'ACQUA, F. *Crescimento e estabilização na Coréia do Sul, 1950-86*. Revista Brasileira de Economia 45.1, 103-125, 1991.

DUBEUX, Rafael Ramalho. *P & D no Brasil e na Coréia do Sul: o regime internacional da propriedade intelectual e a inovação tecnológica (1994-2007)*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília. Brasília, p. 183, 2009.

FEIJÓ, C. A.; LAMÔNICA, M. T. *Mudança da estrutura industrial e desenvolvimento econômico: as lições de Kaldor para a indústria brasileira*. Economia & Tecnologia, Curitiba, ano 5, v. 18, p. 61-72, jul/set, 2009.

FELTRIN, Luciano. *Mudanças estruturais na inserção brasileira no comércio internacional de bens de capital: 1991-2000*. Perspectiva Econômica, Vol. 1(2), pp. 75-99, jul./dez. 2005.

GABINETE DE PLANEJAMENTO, ESTRATÉGIA, AVALIAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS. *Vantagens comparativas reveladas do comércio internacional português por grupos de produtos*. Boletim Mensal de Economia Portuguesa, 3(12), pp. 39-46. 2010.

GIAMBIAGI, F. et al. (Orgs.). *Economia brasileira contemporânea: 1945/2010*. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2011.

GONÇALVES, Reinaldo. *Economia política internacional: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GREMAUD, A.M.; VASCONCELOS, M.A.S E TONETO JR, R. *Economia Brasileira Contemporânea*. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAY, D. *A liberalização comercial brasileira após 1990 e o desempenho das grandes empresas industriais*. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 183-210, 2000.

HUGON, Paul. *História das doutrinas econômicas*. 14ª Ed. São Paulo: Atlas, 1980.

IPEADATA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>, Acesso em: 10 de outubro de 2017.

KANG, T. W.. *Coréia: o novo Japão?* São Paulo: Maltese, 1990.

KEESING, D.B. *Outward-looking policies and economic development*, Economic Journal 77, 303-320, 1967.

KEYNES, John Maynard. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Coleção Os Economistas).

KIM, Kwang Suk. *Trade and Industrialization Policies in Korea: An Overview*, in G. K. Helleiner (ed.), *Trade Policy and Industrialization in Turbulent Times*, London: Routledge, pp.317-363, 1994.

KIM, Linsu. *Da imitação à inovação: a dinâmica do aprendizado tecnológico da Coreia*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2005

KIM, S. et al. *The Effects of Imports and Exports on Total Factor Productivity in Korea*. Research Institute of Economy, Trade and Industry Discussion Paper Series 07-E-022. Tokyo: Research Institute of Economy, Trade and Industry, 2007.

KOH, Y. *The Growth of Korean Economy and the Role of Government*. In: Sakong, I; Koh, Y. *The Korean Economy: Six decades of growth and development*. Korea Development Institute, Seoul. 2010

KRUGMAN, P. Increasing returns, monopolistic competition and international trade. *Journal of International Economics*, v. 9, n. 4, p. 469-479, 1979.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. *Economia internacional: teoria e política*. 8ª Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

KUME, H. *A Política de Importação no Plano Real e a Estrutura de Proteção Efetiva*. Texto Para Discussão nº 423. IPEA, Brasília-DF, 1996.

KUME, H. PIANI, G., SOUZA, C. F. A política brasileira de importação no período 1987-98: descrição e avaliação. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

LAMONICA, M T ; FEIJO, C. A. . *Crescimento e industrialização no Brasil: as lições das Leis de Kaldor*. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 12, 2007, Fortaleza. Anais... Fortaleza, ANPEC, 2007.

LEE, Won-Young. *O Papel da Política Científica e Tecnológica no Desenvolvimento Industrial da Coreia do Sul*. In: KIM, Linsu; NELSON, Richard R. (orgs.). *Tecnologia, Aprendizado e Inovação. As Experiências das Economias de Industrialização Recente*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

LEIBENSTEIN, Harvey. *Allocative efficiency vs. "X-efficiency"*. *The American Economic Review*, p. 392-415, 1966.

LIMA, Uallace Moreira. *Desenvolvimento capitalista e inserção externa na Coreia do Sul: A economia política da diversificação industrial e do comércio exterior de bens de capital (1974-1989)*. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, p. 298, 2013.

LINDER, S. B. (1961) *Ensaio sobre Comércio e Transformação*. IN: J. A. A. Savasini, P. S. Malan & W. Baer (orgs.) – *Economia Internacional*. São Paulo: Saraiva, 1979.

LIST, Georg Friedrich. *Sistema Nacional de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Coleção Os Economistas).

MARKWALD, R. A. O impacto da abertura comercial sobre a indústria brasileira: balanço de uma década., *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, vol. 68, 1–28, 2001.

MENEZES FILHO, N.; KANNEBLEY JUNIOR, S. *Abertura comercial, exportações e inovações no Brasil*. In: VELOSO, F. et. al. (org.). *Desenvolvimento econômico: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

METRAUX, D. *The Economy*. In: Savada, A. e Shaw, W.: *South Korea – A Country Study*, 4ª Edição; Library of Congress Cataloging – in publication data; Washington, 1990

MOREIRA, M.M. & CORREA, P.G. *Abertura Comercial e Indústria: o que se pode esperar e o que se vem obtendo*. *Revista de Economia Política*, vol. 17, nº 2 (66), abril-junho/1997. Disponível em: <www.rep.org.br/pdf/66-4.pdf> acesso em: 10 de novembro de 2017.

MOREIRA, M.M. *Industrialization, Trade and Market Failures: The Role of Government Intervention in Brazil and South Korea*. New York: St. Martin's Press. 1995

NAM, Sang-Woo. *Korea's stabilization and liberalization policies in the 1980s*. Presented at the Korea Development Institute, Senior Policy Forum on "Private Sector-led. Development Strategy and the Role of Government in Developing Countries", Seoul, Korea. 1992.

NASSIF, A. *Estrutura e Competitividade da indústria de bens de capital brasileira*. Textos para Discussão BNDES, no.109, 2007.

NASSIF, A.; FERREIRA, T.T. *O setor de bens de capital: diagnóstico e perspectivas*. In: Alem, A. C.; Giambiagi, F. *O BNDES em um Brasil em transição*. Rio de Janeiro: BNDES, 2010.

OLIVEIRA, Gesner. *Condicionantes e Diretrizes de Política para a Abertura Comercial Brasileira*. Texto para Discussão nº 313. Rio de Janeiro, IPEA, 1993. Disponível em http://www.ipea.gov.br/pub/td/1993/td_0313.pdf. Acesso em 10 de novembro 2017.

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. *Livre Comércio versus Protecionismo: uma análise das principais teorias do comércio internacional*. *Revista Uratágua* 11, p. 1-18, 2007

OLIVOS, Torres, Miguel (comp.) (2006), *Fernando Fajnzylber. Una visión renovadora del desarrollo en América Latina*, Libros de la cepal, Nº 92 (LC/G.2322-P), Santiago de Chile. Publicación de las Naciones Unidas, Nº de venta: S.06.II.G.124.

PESSOA, E. & MARTINS, M. Revisitando a teoria do ciclo do produto. *Revista de Economia Contemporânea*, Instituto de Economia da UFRJ, vol. 11, nº. 2, pp. 307-29, Maio-Agosto de 2007.

PINHEIRO, A. C. & ALMEIDA, G. *Padrões setoriais da proteção na economia brasileira*. In: Texto para discussão n.355. Rio de Janeiro, Ipea, out/1994.

PORTER, Michael E. *A vantagem competitiva das nações*. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

POSNER, M. *International trade and technical change*. *Oxford Economic Papers*. v. 13, p. 323–341, 1961.

PREBISCH, Raúl. *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais*. In: GURRIERI, Adolfo (Org.). *O Manifesto Latino Americano e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

RAPOSO, D. A. & MACHADO, A. F. *Abertura comercial e mercado de trabalho: uma resenha bibliográfica*, Textos para Discussão 177, Cedeplar-UFMG, Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

REGO, J. M.; MARQUES, R. M. *Economia Brasileira*. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010

RESENDE, Marco Flávio C. & ANDERSON, Patrícia. *Mudanças estruturais na indústria brasileira de bens de capital*. Texto para discussão IPEA n. 658, Brasília, 1999.

RIBEIRO, F. J., POURCHET, H. *O comércio exterior brasileiro de bens de capital: desempenho e indicadores por grupos de produtos*. Texto para Discussão n. 153, FUNCEX, jul., 2000.

RICARDO, David. *Princípios da Economia Política e Tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Coleção Os Economistas).

SANTORO, L. E. B. *A Indústria De Bens De Capital E O Desenvolvimento Tecnológico Industrial Brasileiro: Potencialidades E Limites*. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 135, 2011.

SECEX. Disponível em <www.mdic.gov.br>, Acesso em 07 de julho de 2017.

SEUNG-WON, Jung; MASIERO, Gilmar. *De Um Modelo De Desenvolvimento Estatal a um País Orientado à TI*. IN: Masiero et al. – *Coreia do Sul: políticas industriais, comerciais e de investimentos*. Curitiba: Juruá, 2014.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Coleção Os Economistas).

SOARES, S. et al. *O que (não) sabemos sobre a relação entre abertura comercial e mercado de trabalho no Brasil*., TD, Brasília n.843, 2001.

SOUZA, Nali de Jesus de (2001). *Conseqüências econômicas da abertura comercial da economia brasileira, 1990/1998*. [200-?]. Disponível em: http://www.nalijsouza.web.br.com/downloads/outros-textos/economia-brasileira/conseq_abertura.pdf

SOUZA, Nali de Jesus de. *Desenvolvimento Econômico*. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

THIRLWALL A. P. *A Natureza do Crescimento Econômico: Um Referencial Alternativo para Compreender o Desempenho das nações*. Brasília, IPEA, 2005.

VERMULM, R. *A indústria de bens de capital seriados*, CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – Escritório do Brasil), 2003.

VERMULM, R., ERBER, F. *Cadeia: bens de capital*. In: Estudo da competitividade de cadeias integradas no Brasil: impactos das zonas de livre-comércio. Unicamp-IE-Neit, MDIC, MCT, Finep, 2002 (Nota Técnica Final).

Vermulm, Roberto. *A crise da indústria de bens de capital no Brasil*. Informação Fipe, n. 152, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1993.

VERNON, R. (1966) *Investimento externo e comércio internacional no ciclo do produto*. IN: J. A. A. Savasini, P. S. Malan & W. Baer (orgs.) – Economia Internacional. São Paulo: Saraiva, 1979.

WESTPHAL, L. E., et al. *Exports of Capital Goods and Related Services from the Republic of Korea*. Washington, D.C.: World Bank, 1984.

WITS - WORLD INTEGRATED TRADE SOLUTION. Disponível em <<https://wits.worldbank.org>>, Acesso em: 15 de outubro de 2017.

YOO, Yoon-Ha; KIM, Byoung-Joo. *Modularization of Korea's development experience: South Korea's Voluntary Unilateral Import Liberalization During the 1st Half of 1980s*. Seoul: KDI School of Public Policy and Management; 2015.

YOON, Taek Dong; SOUZA, Nali de Jesus. *Uma análise empírica sobre os fatores do desenvolvimento econômico da Coréia do Sul: 1961-1990*. Estudos Econômicos, São Paulo, v 31, n. 2, p. 321-367, abr./jun. 2001.

ANEXOS

ANEXO 1 – Dados Econômicos da Coreia (1961-1990)

Ano	PIB em US\$ mil	Tx Cresc.	Exportação em US\$ mil	Tx Cresc	Importação em US\$ mil	Tx cresc.	Balança Comercial em US\$ mil	X/Y	M/Y	(X+M) /Y
1961	2.417.238	-	40.878	-	316.142	-	-275.264	1,69	13,08	14,77
1962	2.813.934	16,41	54.813	34,09	421.783	33,42	-366.969	1,95	14,99	16,94
1963	3.988.246	41,73	86.802	58,36	560.273	32,83	-473.471	2,18	14,05	16,22
1964	3.458.518	-13,28	119.058	37,16	404.351	-27,83	-285.293	3,44	11,69	15,13
1965	3.120.308	-9,78	175.082	47,06	463.442	14,61	-288.360	5,61	14,85	20,46
1966	3.928.171	25,89	250.334	42,98	716.441	54,59	-466.107	6,37	18,24	24,61
1967	4.854.576	23,58	320.229	27,92	996.246	39,05	-676.017	6,60	20,52	27,12
1968	6.117.260	26,01	455.400	42,21	1.462.873	46,84	-1.007.473	7,44	23,91	31,36
1969	7.675.805	25,48	622.516	36,70	1.823.611	24,66	-1.201.095	8,11	23,76	31,87
1970	8.999.227	17,24	835.185	34,16	1.983.973	8,79	-1.148.788	9,28	22,05	31,33
1971	9.889.961	9,90	1.067.607	27,83	2.294.320	20,68	-1.326.713	10,79	24,21	35,00
1972	10.842.220	9,63	1.624.088	52,12	2.522.022	5,33	-897.934	14,98	23,26	38,24
1973	13.841.886	27,67	3.225.025	98,57	4.240.277	68,13	-1.015.252	23,30	30,63	53,93
1974	19.482.038	40,75	4.460.370	38,30	6.851.848	61,59	-2.391.478	22,89	35,17	58,06
1975	21.704.752	11,41	5.081.016	13,91	7.274.434	6,17	-2.193.418	23,41	33,52	56,93
1976	29.779.339	37,20	7.715.343	51,85	8.773.632	20,61	-1.058.289	25,91	29,46	55,37
1977	38.265.083	28,50	10.046.457	30,21	10.810.538	23,22	-764.081	26,25	28,25	54,51
1978	51.700.620	35,11	12.710.642	26,52	14.971.930	38,49	-2.261.288	24,59	28,96	53,54
1979	66.567.975	28,76	15.055.453	18,45	20.338.611	35,84	-5.283.158	22,62	30,55	53,17
1980	64.980.821	-2,38	17.504.862	16,27	22.291.663	9,60	-4.786.801	26,94	34,30	61,24
1981	72.425.591	11,46	21.253.757	21,42	26.131.421	17,23	-4.877.664	29,35	36,08	65,43
1982	77.773.431	7,38	21.853.394	2,82	24.250.840	-7,20	-2.397.446	28,10	31,18	59,28
1983	87.024.428	11,89	24.445.054	11,86	26.192.221	8,01	-1.747.167	28,09	30,10	58,19
1984	96.597.434	11,00	29.244.861	19,64	30.631.441	16,95	-1.386.580	30,27	31,71	61,99
1985	100.273.097	3,81	30.283.122	3,55	31.135.655	1,65	-852.533	30,20	31,05	61,25
1986	115.537.126	15,22	34.714.470	14,63	31.583.900	1,44	3.130.570	30,05	27,34	57,38
1987	146.133.338	26,48	47.280.927	36,20	41.019.812	29,88	6.261.115	32,35	28,07	60,42
1988	196.964.195	34,78	60.696.388	28,37	51.810.632	26,31	8.885.756	30,82	26,30	57,12
1989	243.526.048	23,64	62.377.174	2,77	61.464.772	18,63	912.402	25,61	25,24	50,85
1990	279.349.356	14,71	65.015.731	4,23	69.843.678	13,63	4.827.947	23,27	25,00	48,28

Fonte: Banco da Coreia, elaboração própria (2017).